

Acção Socialista



N.º 1342 19 Janeiro 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTA A ANTÓNIO SERRANO, MINISTRO DA AGRICULTURA

“Produzir mais e melhor fomentando as exportações”



“Com empenho total, estamos a cumprir e a dar resposta à emergência” colocada pelos temporais que assolaram em particular a região do Oeste, afirma o ministro da Agricultura, António Serrano, adiantando que estão a ser feitos todos os esforços para que até final de Fevereiro os agricultores recebam os pagamentos. Em entrevista ao “Acção Socialista”, António Serrano sublinha que “a agricultura assume um papel fundamental para o desenvolvimento económico e para o ordenamento do território”, sustentando que os desafios do sector são “produzir mais e melhor, fomentando as nossas exportações”.

2 e 3

Parlamento
Aprovada lei dos casamentos homossexuais



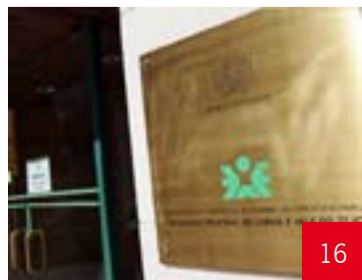
5

Governo
Prosseguem negociações com a oposição sobre o OE para 2010



6

Conselho de Ministros
Aprovadas novas medidas contra o desemprego



16

Lideranças regionais
César concorre nos Açores e Serrão vence na Madeira



15

Debate quinzenal
Sócrates anunciou mais 16 milhões para a acção social no ensino Superior

20

“Produzir mais e melhor fo

“Com empenho total, estamos a cumprir e a dar resposta à emergência” colocada pelos temporais que assolaram em particular a região do Oeste, afirma o ministro da Agricultura, António Serrano, adiantando que estão a ser feitos todos os esforços para que até final de Fevereiro os agricultores recebam os pagamentos. Em entrevista ao “Acção Socialista”, António Serrano sublinha que “a agricultura assume um papel fundamental para o desenvolvimento económico e para o ordenamento do território”, sustentando que os desafios do sector são “produzir mais e melhor, fomentando as nossas exportações”. Em matéria de pescas, considera que Portugal está adaptado aos recursos disponíveis. No que concerne à floresta, refere que este é um sector estratégico cuja prioridade consiste na melhoria da sua competitividade.

Após a sucessão de temporais que afectaram o país de norte a sul, qual é o balanço que o Ministério da Agricultura faz dos estragos causados pelo mau tempo e das suas implicações imediatas nas regiões mais atingidas, designadamente no Oeste?

Oitenta por cento das explorações foram afectadas. Estamos a trabalhar em parceria com as associações e os agricultores para recuperar a campanha que se inicia no final de Fevereiro.

O Governo pôs em marcha rapidamente um conjunto de medidas de excepção para apoiar os agricultores afectados ao activar de imediato 18 milhões de euros do Programa de Desenvolvimento Rural (Proder) e uma linha de crédito de 50 milhões de euros para os agricultores. Estão criadas as condições necessárias para que, efectivamente, no dia 15 de Fevereiro as candidaturas sejam objecto de decisão, como previsto no seu despacho de 30 de Dezembro?

O nosso compromisso é esse. Com o empenho total do ministério estamos a cumprir e a dar resposta à emergência colocada. Definimos um calendário de actuação apertado, com o objectivo para encontrar uma solução imediata. Repor o sistema produtivo e recuperar o investimento é uma tarefa árdua para os agricultores. O Estado, e neste caso o Ministério da Agricultura só tem de encontrar uma pronta resposta para as dificuldades. Não estamos para atrapalhar, mas sim para servir com eficácia. Critério que eleva o grau de exigência dada a gravidade da situação agrícola no Oeste. Até ao final do mês de Fevereiro, e estamos a fazer todos os esforços nesse sentido, poderemos pagar aos agricultores.

É expectável o reforço destas medidas de urgência, através,

nomeadamente, do recurso a fundos comunitários?

Solicitei à Comissão Europeia o reforço do actual nível de ajuda que, como se sabe, é de 50% a fundo perdido. Aguardamos uma decisão sobre esta matéria. Estamos empenhados em obter para Portugal a máxima ajuda comunitária possível. Porém, os critérios da Comissão Europeia são apertados e não é fácil convencer Bruxelas.

O principal partido da oposição defendeu recentemente que o Governo deveria ter declarado situação de calamidade pública na Região do Oeste. O que pensa sobre isto o ministro da Agricultura?

Creio, em primeiro lugar, ser necessário evitar a todo o custo criar falsas expectativas às pessoas fragilizadas pelas ocorrências. A declaração de calamidade pública está definida para situações mais graves, que, felizmente, não ocorreram. A pronta resposta dada pela Protecção Civil, com o apoio de toda a população e forças locais, que saúdo pela forma exemplar como se desenvolveu, permitiu repor a normalidade num curto espaço de tempo. Por outro lado, decretar o estado de calamidade pública, não permitiria accionar nenhum mecanismo adicional de apoio, para além daqueles que aprovámos em resolução de Conselho de Ministros no dia 30 de Dezembro de 2009, e teria um efeito de desresponsabilização de terceiros, o que não é acertado. Nesse sentido, o Estado introduziu em sede de preparação de Orçamento um mecanismo que permite atingir o mesmo objectivo: o acesso ao fundo de emergência municipal. Assim, considero que a proposta do PSD não faz sentido. O que julgo essencial, depois das várias reuniões tidas com os agricultores do Oeste, é criar mecanismos de



resposta aos problemas detectados e colocar os meios ao seu dispor rapidamente. Esse é o objectivo que perseguimos!

Relativamente ao Proder qual é o seu actual nível de execução?

O Programa de Desenvolvimento Rural (Proder) teve um arranque difícil, mas este ano vai entrar em velocidade cruzeiro dadas as medidas de simplificação que estão a ser implementadas. Lamento que o Proder esteja sempre na ordem do dia como um dos instrumentos financeiros que não avança. Porém, com empenho e agilização de procedimentos poderemos colocar o programa no bom sentido e existem condições para melhorar bastante. Vamos normalizar o seu funcionamento e colocar o mais importante instrumento financeiro da agricultura à disposição do sector. Em dois meses e meio conseguimos avançar

cerca de 5 pontos percentuais, o que é demonstrativo de que somos capazes de fazer melhor e com mais eficácia. Actualmente a taxa de execução do Proder é cerca de 15%.

O que está a ser feito para acelerar este programa?

É urgente que o Proder ganhe normalidade de forma que os momentos de análise e aprovação dos projectos sejam processos céleres, assim como as fazes seguintes. Temos de ser rápidos, eficazes e eficientes. Preparámos 22 medidas de simplificação do programa. Por exemplo, qualquer investidor receberá 50% da participação da sua candidatura após a celebração do contrato, independentemente de ter ou não efectuado despesa com prestação de garantia. Também durante este ano vamos simplificar as garantias exigidas para efeitos de adiantamentos, eliminando a exigência

de garantias sem prazo. Estamos a colocar liquidez na tesouraria dos agricultores, capacidade de investimento e incrementámos a resposta aos novos desafios.

Estamos perante uma mudança da Política Agrícola Comum (PAC). O que pode esperar Portugal no pós-2013?

Temos de garantir uma nova política que reforce a sustentabilidade e a viabilidade do mundo rural, na perspectiva económica, social e ambiental. O trabalho de discussão da PAC pós-2013 está a iniciar-se. Queremos promover uma discussão aberta sobre o tema e aglutinar todas as sensibilidades.

Quais as linhas de orientação política do ministro da Agricultura nesse quadro de mudança de forma a tornar a agricultura portuguesa mais competitiva e sustentável?

MINISTRO DA AGRICULTURA

fomentando as exportações”



dos recursos marinhos e participar activamente no processo de revisão da Política Comum das Pescas. Por outro lado, vamos apostar no reforço da competitividade do sector, apoiando a modernização da frota, das infra-estruturas e requalificando os pescadores, e apoiar a promoção das empresas portuguesas tendo em vista a sua internacionalização.

Na área das florestas quais são as fileiras prioritárias?

A floresta é encarada pelo ministério como um recurso natural renovável estratégico para o desenvolvimento económico do país. Representa cerca de 3% do produto interno bruto e é responsável por mais de 160 mil postos de trabalho, localizados na sua maioria no mundo rural. A nossa prioridade assenta na melhoria da competitividade do sector florestal, sendo considerada como uma das fileiras prioritárias no Proder. Em articulação com os agentes do sector, queremos promover a gestão activa da floresta e das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e valorizar as fileiras do papel, do mobiliário e do pinho e em particular a fileira da cortiça, que é a base do único sector da economia em que Portugal é líder mundial na produção, transformação e comercialização.

Num ano em que se celebra a biodiversidade, o montado de sobre e azinho é emblemático da multiplicidade de usos que a floresta permite, desde que gerida de uma forma equilibrada e racional. A conservação da biodiversidade, a regulação do ciclo hidrológico, o sequestro do dióxido de carbono, a pastorícia, a apicultura, os cogumelos, a caça e o turismo são funções que os ecossistemas mediterrânicos prestam à sociedade e ao mundo rural. É também neste contexto de sustentabilidade da floresta que o ministério definiu a sua grande aposta para o sector florestal – a certificação.

Tendo sido um sucesso o programa de defesa da floresta contra incêndios do anterior Governo, equaciona algumas medidas para o tornar ainda melhor?

De facto, a protecção dos recursos florestais perante a ameaça

dos incêndios florestais constituiu uma prioridade para o anterior Governo e como a sociedade portuguesa reconhece, as decisões do Executivo foram assertivas e bem sucedidas. O Ministério da Agricultura é responsável pela coordenação da prevenção estrutural, um domínio estratégico, onde se encerram as medidas de médio/longo prazo, tais como a sensibilização da população e o planeamento dos espaços florestais. Domínios em que os resultados da acção não são visíveis no curto prazo. É nosso desígnio proceder numa primeira fase à avaliação intercalar desse programa em articulação com o Ministério da Administração Interna e com o Ministério do Ambiente, decorridos mais de três anos da sua entrada em vigor, e a partir daí promover a adopção das medidas de fundo que se justifiquem para o melhorar. Todavia, estamos empenhados em promover no curto

dos recursos. De acordo com dados da FAO (relatório sobre situação mundial das pescas e aquicultura-2006) mais de 75% dos recursos de peixes para os quais existem avaliações disponíveis estão plenamente explorados ou sobreexplorados. Se não houver reduções das frotas, as empresas tornam-se economicamente inviáveis e os recursos são explorados acima dos limites da sustentabilidade o que compromete, a prazo toda a actividade pesqueira. Daí que a Política Comum das Pescas preveja a redução das capacidades de pesca o que é feito, em cada Estado-membro, de acordo com a sua situação concreta. Por exemplo a frota da União Europeia entre 2000 e 2005 teve uma redução de 12%, enquanto a portuguesa se situou nos 7%. A frota nacional é constituída por 8600 embarcações que capturam mais de 240 mil toneladas.

Como conciliar preservação dos recursos piscícolas com a actividade pesqueira?

A análise destes dados permite concluir que a frota portuguesa está, de uma maneira geral, adaptada aos recursos e às quotas de pesca de que Portugal dispõe. Por isso a política do Governo não favorece o apoio generalizado à redução da frota. As embarcações

abatidas com apoios públicos implicam uma redução definitiva já que não pode haver construção de novas embarcações em sua substituição. Os abates apenas são apoiados quando tal se justifica em relação a um dado segmento da frota ou a um determinado recurso. Dentro desta orientação, o Governo publicou recentemente um diploma que prevê a possibilidade do abate de um número reduzido de embarcações com mais de 20 anos. Estas embarcações dirigem a sua actividade à captura de sardinha e esta pescaria encontra-se em processo de certificação pelo MSC – Marine Stewardship Council. O abate destas embarcações reduz o esforço de pesca exercido sobre a sardinha e contribui para o processo de certificação que visa dar garantias de que a sardinha portuguesa é capturada no respeito pelos princípios da sustentabilidade.

“O Programa de Desenvolvimento Rural teve um arranque difícil, mas este ano vai entrar em velocidade cruzeiro dadas as medidas de simplificação que estão a ser implementadas”

“Devemos olhar para os bons exemplos dos vinhos, do azeite, das hortícolas, das florestas e das pescas”

A agricultura assume um papel fundamental para o desenvolvimento económico e para o ordenamento do território nacional. Temos de produzir mais e melhor fomentando as nossas exportações. Estes são os desafios que o sector enfrenta.

Quais os sectores em que se deve apostar como prioritários?

Todo o sector agrícola dada a sua especificidade é prioritário. O país tem um enorme potencial em todas as áreas, se soubermos produzir de forma organizada e com qualidade. Devemos olhar para os bons exemplos dos vinhos, do azeite, das hortícolas, das florestas e das pescas.

Nos sectores que elencou o que espera fazer?

Em termos resumidos, importa destacar na área da agricultura e pecuária: o desenvolvimento do

projecto-piloto de uso da terra pública para arrendamento aos jovens; a implementação de um Código de Boas Práticas Agrícolas; a valorização do modo de produção biológico e de produtos tradicionais regionais; o incremento da investigação, virada para as reais necessidades dos agricultores; e prosseguir a aposta prioritária na água e no regadio, garantido o seu real crescimento. Na fileira da floresta, é essencial promover a certificação e a gestão activa da floresta; realizar o cadastro florestal; valorizar o montado e a cortiça e preparar uma política bioenergética nacional. É, também, fundamental promover a aquisição de competências/formação dos intervenientes nesta fileira. No sector das pescas, estou empenhado em desenvolver as zonas costeiras, em parceria com as comunidades piscatórias e as autarquias locais, tendo sempre presente a exploração sustentável

São claros os sinais de recuperação da economia portuguesa

PARA Sócrates, é prioritário que o país invista em domínios essenciais à modernização, como nas infra-estruturas de transportes e comunicações, escolas, hospitais e barragens, sem esquecer o sector das energias renováveis.

Na sua habitual mensagem de Natal, o primeiro-ministro lembrou que apesar da maior crise económica e financeira dos últimos 80 anos foi possível, com a intervenção decidida do Estado, “estabilizar o nosso sistema financeiro, apoiar as famílias e estimular a economia das empresas”.

Apesar da crise mundial persistir, “há agora sinais claros de que estamos a retomar lentamente o caminho da recuperação”, pelo que o investimento público, disse, assume um papel determinante, “designadamente na criação de mais emprego”.

Na sua mensagem de Natal, sublinhou ainda que o país deverá continuar a apoiar as empresas, nomeadamente “as pequenas e médias e as de vocação exportadora”, não desprezando a qualificação dos portugueses, para o que deve continuar a apostar na escola para todos até ao 12º, promovendo, simultaneamente, a frequência do ensino superior,



apostando “como temos feito” no ensino profissional e no programa Novas Oportunidades, iniciativa “que já conta com a participação de

mais de um milhão de inscritos”.

Sócrates disse depois ter esperança que o ano de 2010 traga mais crescimento e mais emprego à economia

portuguesa, afirmando ter confiança nas capacidades dos portugueses, e garantindo que o Governo “quer estar à altura dos desafios dos tempos

exigentes que atravessamos”.

O Natal, disse, “é o tempo da fraternidade e da solidariedade”, e ser solidário “é apoiar quem mais precisa” o que o Governo, como recordou, tem procurado fazer, aumentando as pensões mais baixas, alargando a protecção no desemprego, ou atribuindo bolsas para a frequência do ensino secundário aos alunos mais carenciados ou ainda aumentando, de forma significativa, o valor do salário mínimo.

A finalizar, e depois de manifestar o seu “profundo reconhecimento” aos militares portugueses em missões de paz no estrangeiro, o primeiro-ministro congratulou-se com a entrada em vigor, no passado dia 1 de Dezembro, do Tratado de Lisboa, afirmando que a capital portuguesa passará a ficar associada à construção de uma Europa mais forte e mais capaz de se afirmar no mundo para defender os valores da paz, do desenvolvimento, da coesão e da democracia.

Finalmente, garantiu aos que foram afectados pelas intempéries do passado mês de Dezembro, que o Governo “usará todos os instrumentos ao seu alcance para ajudar as famílias a superar as dificuldades”. **R.S.A.**

Acordo entre Governo e sindicatos de professores abre caminho a avaliação justa

O ACORDO alcançado entre o Executivo e as principais organizações sindicais dos professores (oito de 14) criou “todas as condições” para se desenvolver um modelo de avaliação da carreira docente “sério e justo”, afirmou a vice-presidente da bancada do PS, Paula Barros, sobre o entendimento estabelecido na madrugada do passado dia 8, após largas horas de negociações.

“A questão essencial era a criação de um modelo de avaliação dos professores sério, justo e consequente. Este era o grande objectivo e nesse sentido caminha o acordo que foi assinado”, declarou aos jornalistas a deputada socialista Paula Barros.

Refira-se que o referido acordo estabelece o fim da divisão da carreira docente em duas categorias e a garantia de que todos os professores avaliados com “Bom” chegarão ao topo da carreira.

“Este acordo é importante para a dignificação da carreira docente”, considerou Paula Barros, sublinhando a “satisfação do PS” pelo facto de ter sido possível alcançar um entendimento.

De referir o papel central desempenhado neste encontro pela ministra Isabel Alçada, que demonstrou uma excelente capacidade negocial, apresentando propostas e contra-propostas que serviram

de base fundamental para o entendimento assinado, especialmente nos pontos mais problemáticos.

Visivelmente satisfeita, a titular da pasta da Educação enceta assim a caminhada para a melhoria das relações entre Executivo e sindicatos dos professores e fecha com êxito um ciclo negocial iniciado em Novembro do ano passado.

Na conferência de Imprensa que se seguiu à maratona negocial, Isabel Alçada considerou que o acordo constitui “uma melhoria muito importante” para o ambiente e o trabalho nas escolas.

“Eu acreditei sempre que um bom acordo era possível e nunca desisti. E julgo que a persistência compensou”, disse, referindo o esforço de aproximação do ministério e elogiando a “compreensão dos sindicatos”.

“Sabíamos que um acordo só seria possível se houvesse de parte a parte um verdadeiro espírito de compromisso e foi isso que aconteceu”, frisou.

Para Isabel Alçada, com o acordo assinado entre Ministério da Educação e os principais sindicatos dos docentes “foi um virar de página muito grande” que promoverá a serenidade necessária para se poder trabalhar nas escolas.

De seguida, a ministra explicou aos jornalistas que o acordo mantém a avaliação



e a existência de quotas para a atribuição das notas máximas de “Muito Bom e Excelente”.

Segundo a titular da pasta da Educação,

haverá contingentação de vagas em dois momentos: na passagem do quarto para o quinto escalão da carreira docente e também do sexto para o sétimo. **M.R.**

Casamentos homossexuais

Portugal avança na luta contra a discriminação

COM a aprovação do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, “dá-se um passo decisivo contra a discriminação”, afirmou o primeiro-ministro no Parlamento logo na apresentação do diploma do Governo para legalizar os casamentos homossexuais.

Para Sócrates, trata-se de uma lei “que repara de facto uma injustiça” e que reconhece direitos a cidadãos a “quem esses direitos eram negados”.

Depois de recordar os tempos passados, não muito distantes, em que “os nossos filhos olhavam-nos incrédulos e com espanto quando lhes contávamos que convivemos até 1982 com a situação absurda e revoltante de considerarmos a homossexualidade como um crime previsto e punido no Código Penal”, é com orgulho que podemos agora dizer-lhes que a nossa geração “foi capaz de reparar as injustiças cometidas contra os homossexuais e de construir uma sociedade com mais igualdade, respeito pela dignidade das pessoas e com mais consideração pela liberdade individual”.

Não é por se defender e enfrentar este tipo de problemas, acrescentou, “que nos vamos distrair de tudo o resto que é preciso fazer”, mas o que não podemos “é considerar a discriminação e a desigualdade como problemas menores”.

Esta é uma lei que se destina a unir, não a dividir a sociedade portuguesa, defendeu ainda o primeiro-ministro, para acrescentar mais à frente tratar-se de uma lei de concórdia e de harmonia social, “porque estabelece uma regra de igualdade que nada impõe a ninguém” e respeita “todas as crenças e convicções salvaguardando a liberdade da pessoa adulta nos seus projectos e opções de vida”.

Quando aprovamos uma lei, defendeu ainda o primeiro-ministro, que de algum modo contribui para fazer as pessoas mais felizes, “é da nossa própria felicidade que estamos a tratar”.

Dirigindo-se aos deputados, José Sócrates pediu-lhes que pensassem nesta lei “como mais uma etapa da já longa história da luta das democracias contra a discriminação”, classificando-a como um diploma que antes demais “que quer acabar com o sofrimento inútil”.

Uma homenagem à liberdade

Para o líder parlamentar socialista, Francisco Assis, a aprovação do casamento homossexual representa “uma grande homenagem à liberdade”.

“Hoje é um dia em que o mundo



da vida vence o mundo dos preconceitos”, afirmou, para em seguida acrescentar o dia “em que a sociedade vai ficar mais decente”.

Assis classificou o debate como “uma ocasião histórica”, manifestando orgulho pela posição assumida pelo PS nesta votação do alargamento do casamento civil às pessoas do mesmo sexo.

Rejeitou, contudo, as críticas de falta de liberdade de consciência dentro do PS, numa referência implícita à disciplina de voto imposta na votação dos projectos do BE e do PEV, que incluíam a adopção.

“Não há maior insulto que se possa fazer ao Partido Socialista”, recordando que o PS “é o partido da liberdade”.

Quanto à adopção por casais homossexuais, Francisco Assis lembrou que o partido não tem o necessário mandato popular para poder avançar com a sua aprovação, defendendo, no entanto, ser este um tema “que deve ser objecto de discussão”.

Também o deputado do PS e activista pelos direitos dos homossexuais, Miguel Vale de Almeida, saudou a aprovação da lei considerando-a “promotora da pedagogia anti-homofóbica”, tendo comparando esta experiência da discriminação ao racismo e ao sexismo.

Para Vale de Almeida, com a aprovação da lei do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo não só se põe fim a uma discriminação na sociedade portuguesa, como a sua aprovação representa também, e para além de tudo, “um projecto civilizacional”.

Socialistas excluem adopção

Quanto ao voto contra socialista

em relação à adopção pelos casais homossexuais, uma proposta do BE e do PEV, Francisco Assis justificou o voto contra do nosso partido, recordando que quando o Partido Socialista se dirigiu aos portugueses nas últimas eleições legislativas “apenas lhes pedi um mandato para a aprovação do casamento homossexual, sem incluir a adopção”.

Contudo, pela importância que o assunto se reveste, reconheceu que mais tarde o tema deverá voltar a “ser objecto de discussão” parlamentar.

O líder da bancada socialista fez ainda uma referência crítica em relação ao referendo proposto pelo PSD, uma proposta de última hora, dita “união civil registada”, iniciativa igualmente apoiada pelo CDS-PP, dizendo que os socialistas “respeitam genuinamente os que se empenharam na realização do referendo”, mas já olham com alguma desconfiança e menos respeito para aqueles deputados que insistem em transformar o referendo “numa perspectiva meramente instrumental”.

Também o primeiro-ministro se referiu à proposta apresentada pelo maior partido da oposição acentuando o facto dessa proposta mais não fazer do que “aprofundar a discriminação” e de ser ela própria um instrumento de “violenta exclusão simbólica”, porque atinge, disse, as pessoas “na sua dignidade, identidade e até na sua liberdade”.

A proposta do Governo acabou por ser aprovada com os votos favoráveis do PS, PC, PEV e BE, e contra do PSD e do CDS-PP e das duas deputadas independentes do Movimento Humanismo e Democracia eleitas nas listas do PS. R.S.A.

OPINIÃO



MIGUEL VALE DE ALMEIDA
Deputado do PS
Cargo

O combate à homofobia é, certamente, uma questão de pedagogia e transformação das mentalidades, com base no princípio da não-discriminação, consagrado na nossa Constituição, nos ideais dos direitos humanos e na transformação das mentalidades

UM DIA HISTÓRICO

8 DE JANEIRO de 2010 foi um dia histórico para a democracia portuguesa. A aprovação, pelo Parlamento, da igualdade de acesso ao casamento civil para os casais de pessoas do mesmo sexo significou o reconhecimento da igual dignidade destas relações perante a lei. A discriminação de que têm sido historicamente vítimas os gays e as lésbicas assenta na homofobia, um sistema de crenças e atitudes que vê na heterossexualidade a normalidade e na homossexualidade o desvio e mesmo a doença ou o crime. A luta dos gays e lésbicas tem sido uma luta no sentido de demonstrar que os seres humanos podem ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, no que à orientação sexual diz respeito. Esta característica distingue-os entre si, mas nada mais o faz: no plano dos afectos, do amor, das relações – e, logicamente, da conjugalidade e da constituição de família, se estas forem entendidas como projectos de relação, no primeiro caso, e de constituição de células de reprodução social e afecto entre as gerações, no segundo. O combate à homofobia é, certamente, uma questão de pedagogia e transformação das mentalidades, com base no princípio da não-discriminação, consagrado na nossa Constituição, nos ideais dos direitos humanos e na transformação das mentalidades. Mas as mudanças legislativas são cruciais, pois permitem que o Estado e a Lei exerçam uma pedagogia social anti-homofóbica. Foi isso que aconteceu no dia 8 de Janeiro. E aconteceu contra tentativas de desviar a questão para o referendo (que mais não seria do que um referendo sobre a homossexualidade e sobre direitos individuais, algo de inadmissível) ou para casamentos com outro nome (“uniões civis registadas”) que retirariam a carga simbólica igualitária que se conseguiu com a actual lei. É certo que a proposta de lei aprovada não contempla a possibilidade de adopção por parte de casais de pessoas do mesmo sexo. A conjugalidade não implica a parentalidade e vice-versa, existindo já uma discriminação neste campo no que às uniões de facto diz respeito. Mas esta será certamente uma questão a debater nos próximos tempos e em relação à qual se terá de fazer avanços, sobretudo em nome dos direitos das crianças que já existem em situações em que uma das mães ou um dos pais não tem a sua parentalidade legalmente reconhecida, bem como em nome das crianças que existem por adoptar e que merecem famílias com capacidade parental devidamente aferida (e sem preconceitos), sejam elas formadas por casais hetero ou homossexuais. Para todos os efeitos, os portugueses e as portuguesas têm todas as razões para se sentirem felizes com o que se conseguiu naquele dia, pois o país cresceu como democracia, incluindo mais pessoas nos direitos e criando condições de maior felicidade e realização.

Governo vai continuar a dialogar sobre OE-2010

Na sequência da carta enviada pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, à oposição propondo diálogo em torno do Orçamento de Estado para 2010, realizaram-se no passado dia 14 as primeiras reuniões com os partidos, tendo ficado agendada para esta semana nova ronda de conversações com o PSD e o CDS-PP.

NO FINAL da reunião que decorreu no Ministério das Finanças, o ministro Teixeira dos Santos deixou claro que poderá ser inevitável um agravamento de impostos se o Parlamento aprovar as medidas com impacto na despesa propostas pela oposição, nomeadamente alterações à Lei das Finanças Regionais e o fim do Pagamento Especial por Conta (PEC).

“Se algumas das propostas que estão sobre a mesa e que foram apresentadas na Assembleia da República forem para a frente, com consequências muito significativas em termos da despesa, não vejo forma de podermos reduzir o défice sem termos que recorrer a aumentos de impostos”, afirmou Teixeira dos Santos, em resposta a uma pergunta dos jornalistas sobre se rejeitava liminarmente um aumento da carga fiscal no próximo ano.

E afirmou de seguida que “nós só poderemos rejeitar de forma

liminar aumentos de impostos se formos capazes de impedir iniciativas que aumentem a despesa de uma forma comprometedora”.

Segundo Teixeira dos Santos, as propostas para alterar a Lei das Finanças Regionais e para eliminar o PEC “são preocupantes pelo impacto que têm e por poderem de facto impossibilitar um desejo do Governo e um compromisso que este quer assumir de que não aumentar os impostos”.

Clarificou, depois, que estas afirmações suas não significam uma ameaça sobre os partidos autores das propostas que referiu (o PSD e o CDS-PP), mas é “a consciência de que estamos perante um desafio que é muito exigente e que requer uma grande exigência da nossa parte na análise das medidas e impactos das medidas sobre as contas públicas”.

O ministro referiu igualmente que vê com “alguma preocupação” a defesa intransigente daquelas medidas, considerando que “são

sinais muito negativos que são dados aos mercados” e comprometem o objectivo da consolidação orçamental.

Finalizou garantindo que o Governo está a trabalhar “no pressuposto de que não haverá subidas de impostos” e que “é isso que o Governo quer evitar”.

De resto, o diálogo de Teixeira dos Santos e de Jorge Lacão, ministro dos Assuntos Parlamentares, com os partidos é para continuar e há conversas previstas já para esta semana com o PSD e o CDS-PP.

Declarações da oposição

À saída desta primeira ronda de negociações, a líder do PSD declarou aos jornalistas que as conversações mantidas foram “correctas e frutuosas”.

Também disponível para procurar pontes para a aprovação do Orçamento de Estado, o vice-presidente da Assembleia da República Luís Queiró, CDS, admitiu existir com o Executivo “áreas onde há pontos de vista semelhantes”, para de seguida apontar a existência de “espaço para continuar a conversar e a discutir medidas em concreto”.

Menos entusiasta, José Manuel Pureza, do Bloco de Esquerda, declarou que o seu partido não saíra propriamente “insatisfeito” das reuniões, no sentido em que o

diálogo não acabou, mas ressalva que a “orientação geral que foi transmitida é de continuidade das opções de política económica”.

Por último, pelo PCP, Bernardino Soares referiu à Imprensa o facto de ter havido “uma conversa sobre vários aspectos das nossas propostas e uma conclusão de que continuamos com pontos de vista diferentes em relação às opções fundamentais” contidas na proposta orçamental para este ano.

A importância do consenso

Recorde-se que Lacão enviara recentemente aos presidentes dos grupos parlamentares uma carta confrontando-os com a disponibilidade para encetarem um diálogo prévio com o Governo sobre diversas matérias relacionada com a governabilidade.

Entre estas matérias a discutir, como destacava a carta enviada por Jorge Lacão, estava principalmente o Orçamento de Estado para 2010.

O titular da pasta dos Assuntos Parlamentares reiterava assim a disposição do Executivo para conversar com a oposição no sentido de saber qual o seu grau de empenhamento num efectivo e sustentado diálogo, designadamente em relação à proposta das contas do Estado.

Lembre-se ainda que esta mensagem surgiu poucos dias depois de, na mensagem de Ano Novo, o Presidente da República ter apelado a um entendimento entre os partidos com representação parlamentar, referindo na altura Cavaco Silva a necessidade de se encontrar um consenso alargado no que se refere às contas do Estado para 2010.

Também Francisco Assis, líder da bancada parlamentar socialista, sublinhou então e a este propósito, reagindo à mensagem do Presidente da República, que as “opções de fundo” do Orçamento do Estado para 2010 devem ser as “bases de diálogo” entre Executivo e oposição.

Em declarações à Imprensa, Assis deixou claro que o PS vai “assumir integralmente a responsabilidade” de governar o país.

O líder parlamentar disse esperar que no início deste ano se encerre uma primeira fase desta legislatura, “infelizmente muito negativa”, em que “os partidos da oposição estiveram mais preocupados em fazer um ajuste de contas com o passado do que em contribuir com soluções para o futuro”.

E acrescentou: “Espero que o momento do Orçamento do Estado seja um momento de clarificação e estabilização da vida política do país”. M.R./R.S.A



Mau tempo

Apoios rápidos para o Oeste

Para ajudar as populações, os agricultores e as empresas, o Governo aprovou no dia 30 uma resolução que desencadeou um conjunto de acções destinadas a minimizar os prejuízos causados pelos temporais que assolaram os distritos de Leiria, Lisboa e Santarém no dia 23 de Dezembro, tal como havia prometido o primeiro-ministro na sua mensagem de Natal ao país.

DESTACAM-SE, entre outros apoios, o financiamento a fundo perdido de 50% do restabelecimento do potencial produtivo; a possibilidade de uso da linha de crédito de 50 milhões de euros com juros bonificados, destinada aos sectores agrícola e pecuário, para financiar operações de investimento, reforço de fundos de maneo e financiamento de tesouraria; e o acesso ao crédito sob a forma de empréstimo bonificado para pequenas e médias empresas (PME), até ao limite de 500 mil euros por operação, no âmbito das linhas de crédito especiais.

Após a reunião do Conselho de Ministros de 30 de Dezembro, o ministro da Agricultura informou que iam ser activados imediatamente apoios de 18 milhões de euros do Programa de Desenvolvimento Rural (Proder), complementados com uma linha de crédito de 50 milhões. “É uma medida que tem um envelope financeiro de 18 milhões de euros para compartilhar investimentos a 50% na região do Oeste, o que significa que podemos compartilhar investimentos em torno dos 36 milhões de euros” afirmou, para depois acrescentar que será “complementada com uma linha de crédito de 50 milhões de euros de apoio à agricultura, à silvicultura e também à área das florestas”.

A linha de crédito, acrescentou, “tem a mais-valia de ter procedimentos e condições privilegiadas, podendo o agricultor dirigir-se à sua instituição bancária e usufruir de “uma taxa de juro próximo de zero”.

Além do apoio à agricultura, António Serrano frisou que o Governo avançará também com uma medida de acesso ao crédito sob a forma de empréstimo bonificado para as PME, até ao limite de 500 mil euros por operação.

Em concertação com os Ministérios das Finanças e da Adminis-



tração Pública, da Administração Interna e da Economia, este apoio às PME visa “dinamizar os danos resultantes de condições climáticas excepcionais”, disse.

Candidaturas abertas

Após a aprovação do pacote de medidas para o Oeste em Conselho de Ministros, o ministro da Agricultura deslocou-se no dia 4 de Janeiro a Torres Vedras, onde teve uma reunião de trabalho com agricultores e organizações de produtores nos Paços do Município.

No final do encontro, António Serrano anunciou que a partir do dia 5 os agricultores do Oeste afectados pelo mau tempo poderiam começar a candidatar-se aos apoios anunciados pelo Governo “Está tudo em condições para os agricultores se dirigirem aos pontos de atendimento e começarem a entregar as suas candidaturas” ao Programa de Desenvolvimento Rural (Proder), disse.

O ministro da Agricultura adiantou que foi criado um posto de atendimento aos agricultores na freguesia de A-dos-Cunhados, zona que concentra um maior número de agricultores afectados pela intempérie, e outro em Santarém, na Direcção Regional de Agricultura de Lisboa e Vale do Tejo.

Além disso, foi também reforçado o número de técnicos do Ministério da Agricultura na região para dar apoio aos agricultores, estando

também as associações do sector a prestar auxílio.

À saída da reunião com o ministro, Laura Rodrigues, porta-voz do grupo de trabalho criado entre as organizações de produtores, revelou que “a abertura do senhor ministro tem sido muito grande” e que os agricultores “tiveram a garantia de que tudo vai avançar de forma célere”.

Assis defende agilização de procedimentos

Para se inteirar “in loco” dos estragos causados e da necessidade de agilizar procedimentos por parte do Ministério da Agricultura, o líder da bancada socialista, Francisco Assis, vários deputados do PS visitaram no dia 2 uma exploração de gado, estufas de tomate e alface e um hotel no concelho de Torres

Vedras, que foram afectados pela intempérie.

Na ocasião, Assis defendeu que é imperioso avançar rapidamente com os apoios para os concelhos do Oeste afectados pelo mau tempo.

“Vamos procurar sensibilizar o Governo, dentro do quadro parlamentar, no sentido de muito rapidamente disponibilizar estas verbas [anunciadas em Conselho de Ministros] que são essenciais”, afirmou Francisco Assis.

O líder do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) disse que “quem vem visitar a região não pode deixar de ficar consternado com aquilo que vê” e adiantou que vai continuar a acompanhar o assunto.

“Não pode haver demagogias, tem de haver muito rigor e não podemos vir aqui criar expectativas que não estamos em condições de concretizar”, acrescentou.

Para Francisco Assis, a ajuda essencial deverá passar pela “libertação muito rápida das verbas do Proder”.

E afirmou estar disponível “não só para participar activamente num debate parlamentar como levar uma proposta de resolução no sentido de garantir estes apoios”.

Máxima celeridade

No dia 6, no Parlamento, durante o debate de urgência, marcado pelo PSD, sobre as consequências da intempérie de 23 de Dezembro sobre a região Oeste, o ministro da Agricultura reiterou que o Governo reagiu com a máxima celeridade possível e assegurou que serão cumpridas as datas previstas no despacho que prevê apoio aos agricultores afectados.

“Não é possível fazer mais rápido. Fizemos no prazo mínimo o que poderíamos fazer”, afirmou o governante, salientando que o Governo e o Ministério da Agricultura estiveram presentes “desde o primeiro momento, onde era preciso, junto dos agricultores” e garantiu que voltará ao local “todas as vezes que for necessário para trabalhar os casos concretos”.

O ministro anunciou ainda que o Governo vai pedir à Comissão Europeia o aumento da participação do Proder prevista para casos como este, actualmente de 50%. J. C. C. B.

RESPOSTA PRONTA E ADEQUADA

RUI PEREIRA congratulou-se com a forma como actuou a protecção civil e as entidades no terreno, destacando que foi evitada a “perda de vidas”.

“Nesta situação de emergência, a nossa preocupação foi encontrar uma resposta pronta, adequada e articulada e estar no momento certo, ou seja no próprio dia, junto das populações”, disse o ministro da Administração Interna, no dia 6,

na abertura do debate de urgência no Parlamento sobre a situação da Região Oeste.

As medidas tomadas pelo Governo para fazer às consequências da intempérie que afectou a Região Oeste visaram uma “resposta pronta e adequada”, afirmou o ministro da Administração Interna, Rui Pereira.



Vera Jardim garante que comissão eventual contra corrupção dará contributo sério

A COMISSÃO parlamentar eventual para o acompanhamento político do fenómeno da corrupção e para análise integrada de soluções com vista ao seu combate é presidida pelo deputado socialista Vera Jardim e foi recentemente empossada pelo presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

No final da cerimónia de posse, Vera Jardim disse aos jornalistas que o objectivo da comissão é fazer “pouca filosofia” e definir “coisas concretas”.

De acordo com Vera Jardim, a Comissão tem como meta central dar “um contributo sério” para um combate efectivo à corrupção em Portugal.

“Não faremos um trabalho de sociologia, mas sim um trabalho que responda às expectativas da Assembleia e dos cidadãos”, assegurou, acrescentando que “as percepções que existem e que nos são dadas por inquéritos de entidades internacionais indicam que há um problema de corrupção em Portugal que tem de ser enfrentado seriamente”.

Neste sentido, assegurou que a comissão pretende dar “um contributo muito sério para defrontar este problema, que é um problema muito complexo,



grave e que afecta as democracias”.

Refira-se que a comissão eventual deverá auscultar várias entidades, entre as quais o procurador-geral da República e o director nacional da Polícia Judiciária, e também instituições estrangeiras.

Vera Jardim pediu aos grupos parlamentares para que informem a comissão sobre em que comissões se encontram os diplomas já aprovados na generalidade e que incidem sobre este fenómeno e solicitou também sugestões sobre entidades a auscultar.

Na cerimónia, Jaime Gama citou o senador romano Tácito, dizendo que “quanto mais corrupta é a República, maior é o número de leis”, para pedir que a comissão não produza uma “proliferação legislativa sem sentido”, mas que tenha um trabalho “conciso e de ir directamente ao essencial, ouvindo aqueles” que em Portugal, na Justiça e no Direito, “têm dado contributos sérios”.

No final, o vice-presidente da bancada do PS Ricardo Rodrigues afirmou que o propósito da comissão é “contribuir para um Portugal mais justo”. M.R.

DEPUTADO DO PS DESIGNADO RELATOR DA PETIÇÃO “PELA VERDADE DESPORTIVA”

NO PASSADO dia 5 de Janeiro foi entregue na Assembleia da República a petição “Pela Verdade Desportiva”, subscrita on-line por 7300 cidadãos, onde se realça a necessidade de se defender a verdade desportiva nas competições de futebol, introduzindo as novas tecnologias para reduzir a margem de erro dos árbitros.

Os peticionários foram recebidos pelo presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, e pelo deputado do PS João Sequeira, coordenador do Grupo de Trabalho – Desporto na Assembleia da República, designado relator da Petição. Esta seguirá agora o seu percurso parlamentar no âmbito da Comissão de Educação e Ciência.

Neste acto público estiveram presentes inúmeras figuras ligadas ao desporto e a outros sectores, como os campeões olímpicos Rosa Mota e Carlos Lopes, os ex-futebolistas campeões europeus Eusébio, José Augusto e António Simões, os futebolistas João Moutinho e Nuno Gomes, o presidente da Federação Portuguesa de Futebol, os presidentes do Benfica e do Sporting, o presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, o jornalista Artur Agostinho, o presidente da SIC, Pinto Balsemão, e o primeiro subscritor Rui Santos, entre muitos outros.



Economia portuguesa dá sinais de crescimento

“É ABSOLUTAMENTE necessário manter os apoios públicos à economia de forma a reduzir o défice orçamental e a dívida pública”, defendeu o ministro das Finanças, em Lisboa, no final de um almoço na Câmara do Comércio Luso-espanhola.

Teixeira dos Santos já na posse das previsões do Banco de Portugal, que apontam para uma retoma efectiva e gradual da economia, salientou que um quadro de estabilidade macroeconómica orientado para o crescimento exige, “tal como o Governo sempre defendeu”, uma estratégia “clara e credível de consolidação orçamental, numa perspectiva de médio prazo”.

O titular da pasta das Finanças não deixou ainda de estabelecer uma relação entre o combate ao desemprego e o défice orçamental, garantindo que o Executivo socialista assume as duas frentes como prioridades da política económica.

Também o deputado Jorge Seguro considerou, em nome do Partido Socialista, positivos os números di-



vulgados pelo BdP, salientando que estes dados vêm confirmar que o Governo “está no caminho certo”.

Contudo, para este deputado, o investimento público, no sentido do apoio às empresas e às famílias, terá que passar agora a ser aplicado

de forma “mais rápida e melhor”.

Seguro recordou ainda que o boletim de Inverno do Banco Central faz um destaque especial onde assinala que Portugal, do ponto de vista internacional, se encontra entre os Estados “com melhores desempenhos económicos e financeiros”, apesar de o país ainda se confrontar com “uma crise muito séria a nível mundial”.

De acordo com os dados do BdP, a

economia nacional terá um crescimento, já este ano, de 0,7%, devendo acelerar para os 1,4 em 2011. Já o défice público, e ainda segundo dados do Banco de Portugal, terá ficado na casa dos 8% do PIB, em 2009. R.S.A.

Mais 100 milhões para universidades e politécnicos

O ENSINO superior público vai receber mais 100 milhões de euros em 2010 do que recebera em 2009, em contrapartida compromete-se a formar mais 100 mil activos nos próximos quatro anos. Este reforço da verba atribuída às universidades e institutos politécnicos decorre da assinatura do Contrato de Confiança para o Ensino Superior, que decorreu no dia 11 na residência oficial do primeiro-ministro.

Na ocasião, José Sócrates afirmou que “este contrato de confiança é merecido e resulta do bom trabalho feito ao longo dos últimos quatro anos, mas é também de responsabilidade e até de ambição”.

É um contrato, acrescentou, “que espelha uma opção, uma escolha e uma prioridade política”. O contrato com as 15 universidades e 20 institutos politécnicos tem também metas objectivas e verificáveis que responsabilizam as instituições



de ensino superior e o Governo.

O primeiro-ministro recordou que 35% dos jovens com 20 anos frequentam hoje o ensino superior, que há mais 15 diplomados 21 mil alunos inscritos, do que há quatro anos, referindo também que o sucesso escolar está em linha com a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

“E fizemos tudo isto com mais alunos, mais diplomados, melhor sucesso e com menos dinheiro. Isto só tem uma explicação: mais eficiência”, sublinhou.

José Sócrates frisou ainda que as instituições de ensino superior “fizeram mais com menos, contribuindo dessa forma para a consolidação das contas públicas”, mas sem esquecerem que o seu trabalho “é absolutamente essencial para que o país possa vencer a batalha das qualificações”.

Famílias pobres com filhos menores vão receber apoio

O GOVERNO continua apostado em reforçar os apoios sociais em tempo de crise. Neste âmbito, as famílias com filhos menores e em dificuldades financeiras vão receber um apoio do Estado que lhes permitirá ter rendimentos acima do limiar da pobreza. A medida está prevista no Programa do Governo e deverá entrar em vigor já em 2010, Ano Europeu da Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social.

“Sei que a intenção é que durante o ano de 2010 seja activado” o apoio que garantirá às famílias trabalhadoras rendimentos acima do limiar da pobreza, disse Edmundo Martinho, presidente do Instituto de Segurança Social (ISS) e representante do grupo de trabalho nacional do

Ano Europeu da Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social.

“Não se pretende que, no final de 2010, não haja pobreza em Portugal mas que tenha havido impactos muito fortes e que todos compreendamos que não há ninguém dispensado deste esforço de combate à pobreza e à exclusão”, sublinhou Edmundo Martinho, adiantando que “o modelo de concretização da medida ainda não está completamente fechado. Ainda estamos no modelo de avaliação”.

O presidente do ISS vê esta proposta como “uma alteração muito importante no modo como se entendem os apoios públicos e no modo como se entende a solidariedade”.

Edmundo Martinho considera

a criação desta medida “um passo gigante no que diz respeito à pobreza infantil”, sublinhando que em 2010 as crianças serão precisamente um dos principais alvos.

“No caso da pobreza infantil e das famílias que têm crianças, a nossa preocupação é muito grande, porque não podemos continuar a aceitar que o país continue a permitir que haja crianças que cresçam e se desenvolvam fora do acesso aos mais elementares bens que têm que ver com o seu crescimento, desenvolvimento e qualificação”, disse.

Edmundo Martinho sustentou ainda que “a crise é uma boa altura para nos alertar para a importância de termos mecanismos capazes de apoiar as pessoas em situação de maior fragilidade”.

APOSTA NA REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR IMPULSIONA ECONOMIA

“É NA requalificação das escolas que está a ser gasto o dinheiro dos portugueses”, disse o primeiro-ministro, José Sócrates, sublinhando que, em 2009, o Governo investiu 500 milhões de euros na requalificação de escolas portuguesas.

Sócrates falava no dia 16, em Gaia, na inauguração da escola António Sérgio, onde o Governo assinou 12 contratos de financiamento entre o Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) e a Parque Escolar, para a requalificação de 28 escolas com ensino secundário.

O primeiro-ministro enalteceu o Programa Parque Escolar, pretendendo que os portugueses, vendo a reabilitação das escolas secundárias, “façam o seu próprio juízo” e digam se o Governo está a gastar bem o seu dinheiro.

“Será que estamos a gastar bem o dinheiro dos portugueses? Pois venham a esta escola e digam-nos se estamos a gastar bem”, sustentou.

Para Sócrates, é realizando investimentos públicos como este que “se luta pela recuperação da economia, que se dá mais oportunidades de emprego e ao mesmo tempo se aposta na modernização de um país”.

O chefe do Governo, que antes estivera na inauguração da escola secundária Rocha Peixoto, na Póvoa de Varzim, reiterou que o sucesso de um país passa pela aposta na educação.

Já o ministro das Obras Públicas, António Mendonça, salientou que estes contratos representam mais de 360 milhões de euros de investimento, 234 milhões dos quais financiados por fundos comunitários.

O ministro anunciou ainda que está previsto aprovar a curto prazo uma candidatura no âmbito do Plano Tecnológico da Educação que visa a aquisição de cerca de 39 mil computadores pessoais para instalar em 247 escolas com ensino secundário.

Por sua vez, a ministra da Educação, Isabel Alçada, que acompanhou o primeiro-ministro na visita às duas escolas, considerou que o investimento realizado na renovação do parque escolar tem que “responsabilizar todos na área da educação para se conseguir mais e melhores resultados”.

“Isto vai certamente multiplicar e aprofundar resultados escolares. Vamos ter gerações mais educadas, mais cultas e mais viradas para o futuro”, frisou Isabel Alçada.



CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

NO ÂMBITO da prioridade política do actual Governo que visa delinear uma estratégia de recuperação económica que permita a Portugal posicionar-se no novo panorama económico internacional como um país mais competitivo e com maior capacidade produtiva, o Conselho de Ministros de 7 de Janeiro aprovou uma resolução que define a composição do Conselho para a Promoção da Internacionalização, assegurando a participação das empresas e das suas estruturas associativas de referência no processo de definição e o acompanhamento das estratégias e medidas de apoio à internacionalização, bem como a avaliação da execução das acções de apoio.

O Governo pretende deste modo reforçar a internacionalização através do esforço conjunto entre as instituições públicas, as empresas e as suas estruturas associativas, de modo a estimular o crescimento económico e a promover a renovação da base produtiva e a redução do défice externo.

O Programa do XVIII Governo Constitucional assume a internacionalização da economia portuguesa como estratégia fundamental para uma recuperação económica sustentada, capaz de estimular o crescimento económico no médio prazo, de promover a renovação da base produtiva e de reduzir o défice externo.



TÁXIS MANTÊM PREÇOS EM 2010

O TARIFÁRIO do serviço de táxi não sofrerá qualquer agravamento em Janeiro de 2010, mantendo-se nos valores fixados desde Julho do ano passado.

Este tarifário foi estabelecido através da Convenção de Preços, celebrada com as estruturas associativas do sector, ANTRAL – Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros e a FPT – Federação Portuguesa do Táxi.

Deste modo, e a título de exemplo, no que se refere a veículos de quatro passageiros, o tarifário do serviço urbano diurno continuará com o valor da bandeirada fixado em dois euros; o valor do quilómetro fixado em 45 cêntimos; o valor da hora de espera fixado em 13,35 euros e o valor das fracções de percurso fixadas em 15 cêntimos.

Igualmente se mantêm inalterados os suplementos de bagagem, chamada telefónica ou de transporte de animais domésticos.



Governo aprova medidas de incentivo ao microcrédito



VISANDO estimular a criação de emprego, o Conselho de Ministros de 30 de Dezembro aprovou um decreto-lei que visa possibilitar a constituição de sociedades especificamente vocacionadas para o microcrédito.

“O que pretendemos é criar uma nova possibilidade que neste momento a lei não concede e que é a de se constituírem sociedades específicas e vocacionadas para a atribuição de microcrédito”, afirmou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, em conferência de Imprensa, no final do Conselho de Ministros.

O ministro salientou que “o microcrédito é cada vez mais importante para o apoio de todas as

actividades económicas, aparentemente de menos significado no conjunto da economia, mas apesar de tudo com importante relevância no plano do emprego”.

Com excepção das sociedades financeiras de corretagem, que podem conceder crédito para finalidades muito específicas, o ordenamento jurídico português não contempla actualmente a existência de sociedades financeiras especificamente vocacionadas para o microcrédito.

A partir deste momento, “essa possibilidade passa a ser concedida a agentes económicos que apresentem a sua candidatura a um processo de verificação da idoneidade dessas entidades”, referiu Pedro

Silva Pereira, acrescentando que “ainda que não sejam entidades de tipo financeiro, poderão dedicar-se a este segmento da actividade financeira e que é a concessão de microcrédito”.

O Governo pretende assim “impulsionar a economia e promover o emprego para fazer face ao actual contexto socioeconómico”.

“O microcrédito consiste num financiamento de valor reduzido concedido a pessoas com motivação e capacidade para desenvolver uma actividade económica, quer se encontrem numa situação de desemprego, quer sejam pequenos empresários”, segundo a definição inserta no comunicado do Conselho de Ministros.

Modcom

Mais 20 milhões para o comércio tradicional

ABRIU no passado dia 8 a 5ª fase de candidaturas ao Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio – Modcom, que conta com uma dotação de 20 milhões de euros.

O incentivo financeiro do Modcom a micro, pequenas e médias empresas contempla apoios a três tipos de acções: lojas individuais; lojas em rede, ou seja, empresas que pretendam, por exemplo, adoptar uma insígnia comum ainda que a propriedade seja individual, que utilizem a mesma plataforma informática ou que se abasteçam na mesma central de compras; e ainda estruturas associativas do sector do comércio, com vista à promoção dos centros urbanos.

Os projectos de investimento contarão com uma taxa de incentivo a fundo perdido de 45% das despesas no caso das lojas individuais, de 50% nos projectos empresariais integrados e de 60%



para as associações comerciais.

De salientar que nas quatro fases anteriores do Modcom o Governo do PS disponibilizou um total de 114 milhões de euros

a fundo perdido para a revitalização do comércio tradicional, tendo sido seleccionados cerca de 4 mil projectos empresariais e associativos.

Investimento na rede hospitalar contra a crise e pelas gerações futuras



A REQUALIFICAÇÃO da rede hospitalar é um bom exemplo da resposta do Governo à crise económica, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no lançamento da primeira pedra do futuro Hospital de Loures.

“O investimento nestes hospitais é absolutamente essencial não apenas para melhorar o Serviço Nacional de Saúde ou o acesso à saúde, mas para responder à crise económica, para recuperar a nossa economia, para que mais portugueses tenham emprego e para que mais empresas tenham oportunidades”, disse José Sócrates, acrescentando que “há muitos momentos da vida das nações em que ninguém mais pode fazer nada a não ser o Estado”.

De acordo com Sócrates, um desses momentos é este que vivemos.

“O Estado tem o dever de responder à situação em que todo o mundo se encontra, fazendo mais investimentos. E não há melhor investimento do que o investimento na saúde”, sustentou, considerando

de seguida que apostar na requalificação de unidades de saúde já existentes ou na construção de novos hospitais significa igualmente apostar nas “futuras gerações”.

“Alguns com esse investimento na saúde falam nas futuras gerações. Pois eu gostaria também de falar nas futuras gerações porque estamos a fazer este investimento no Hospital de Loures para que ninguém nas futuras gerações se possa queixar da nossa geração não termos feito o que devíamos para que eles tenham melhor saúde”, clarificou.

Na ocasião, em que esteve acompanhado pela ministra da Saúde, Ana Jorge, o chefe do Executivo lembrou o esforço do Estado na requalificação da rede hospitalar, com a construção de seis novos hospitais (Cascais, Braga, Amarante, Guarda, Lamego e pediátrico de Coimbra, além do Hospital de Loures, agora lançado).

“Nunca se construíram tantos hospitais ao mesmo tempo. É aqui na construção de novos hospitais

que está a ser gasto o dinheiro dos impostos. E se há prioridade que temos na requalificação dos equipamentos sociais no nosso país é nesta área, na construção dos novos hospitais que há muito tempo eram necessários”, referiu.

Refira-se que o Hospital de Loures, que será baptizado com o nome de Carolina Beatriz Ângelo (primeira mulher a votar em Portugal e também a primeira cirurgiã portuguesa), será o segundo em modelo de parceria público-privada com gestão clínica.

Em 2012, esta nova unidade hospitalar deverá estar pronta a servir 272 mil habitantes, com três valências – médicas, cirúrgicas e diagnóstico e terapêutica – e um total de 30 especialidades.

O hospital, cuja construção e manutenção implicará um investimento de 135 milhões de euros, terá 424 camas de internamento e oito blocos operatórios e vai servir os concelhos de Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Odivelas. M.R.

Hospital de Gaia/Espinho lançado em Fevereiro

O CONCURSO público para a construção do novo hospital de Gaia/Espinho, que custará entre 250 a 300 milhões de euros, será lançado no próximo mês de Fevereiro.

Com uma área de 160 meros quadrados, que é o triplo da do hospital de Santo António, no Porto, a nova unidade hospitalar – a primeira a ser lançada pela nova equipa da Saúde em regime de parceria público-privada (PPP), terá cerca de 600 camas, “a maioria em quarto individual”, e terá “todas as especialidades, incluindo radioterapia, hemodinâmica e as valências mais avançadas”, disse o secretário de Estado da Saúde, Óscar Gaspar.

“O concurso público será lançado em Fevereiro, e um dos motivos

pelos quais tivemos de fazer mais estudos é que, de acordo com a experiência dos concursos anteriores, procurámos simplificar ao máximo os processos, eliminar os elementos redundantes e suprimir aqueles que eram pouco valorizados em termos de avaliação final”, explicou o governante.

“O Plano Funcional está já aprovado, falta apenas concluir o caderno de encargos”, acrescentou.

Relativamente ao custo da construção, Óscar Gaspar sublinha que o valor deve rondar os 190 milhões de euros, a que se soma o equipamento médico e informático, o que faz subir o valor para os 250 a 300 milhões de euros. O custo para o Estado, frisa, “é meramente indicativo”, porque

os valores efectivos só serão conhecidos quando os documentos que suportam o lançamento do concurso público estiverem concluídos.

Uma das alterações feitas aos contratos dos hospitais da primeira vaga, como os de Cascais, Braga, Vila Franca de Xira e Loures é a redução da duração do contrato de manutenção da infra-estrutura, que passou de 30 para sete anos. “O mais lógico, até por causa da crise financeira, é apontarmos para períodos mais curtos de contrato, de sete anos, como no caso do hospital de Todos-os-Santos”, o primeiro a ser lançado em modelo de PPP sem a componente da gestão clínica, referiu o secretário de Estado.

MAIS RESPOSTAS E COM MELHOR QUALIDADE NOS CUIDADOS ONCOLÓGICOS

A REDE nacional de cuidados oncológicos deverá “abrir mais respostas” e com “melhor qualidade” no Serviço Nacional de Saúde para o tratamento do cancro em Portugal, garantiu Ana Jorge, ministra da Saúde, à margem da cerimónia da entrega da certificação de “Hospital Amigo dos Bebês”, atribuída pela UNICEF à Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa.

O projecto de rede nacional de cuidados oncológicos, que está em discussão pública, estabelece, entre outros requisitos mínimos, que as unidades só funcionarão se tiverem 500 novos casos por ano e só haverá serviço de Oncologia nos hospitais com pelo menos mil novos doentes por ano.

Segundo frisou a titular da pasta da Saúde, “estamos a falar da qualificação dos requisitos necessários para que todos os portugueses que tenham uma situação de cancro possam ter, de uma forma equitativa, acesso ao tratamento adequado”.

Ana Jorge deixou claro que “dizer que as situações terapêuticas podem ser centralizadas não quer dizer que os tratamentos sejam aplicados centralizadamente”, implicando o encerramento de unidades de cuidados já existentes.

E acrescentou que há tratamentos que podem ser aplicados em locais mais próximos dos doentes depois do esquema terapêutico ter sido feito.

Lembrou igualmente que o projecto está em discussão pública e só depois de todos os pareceres serem reflectidos é que será feita a proposta.

Insistindo na ideia de que o projecto tem como objectivo central “aumentar a qualidade do tratamento oncológico”, a ministra fez um apelo à população em geral para que entenda que, “se quer ter bons tratamentos, deve ouvir os pareceres técnicos, tendo em conta que nós vamos cuidar das assimetrias” que existem em Portugal de acesso ao tratamento.

Apelou ainda aos profissionais de saúde que tratam as neoplasias para que analisem as ideias que estão em discussão e dêem a sua opinião.

Cuidados de saúde melhoram no Algarve

Entretanto, no dia em que a ministra da Saúde, Ana Jorge, lançou a primeira pedra da futura unidade de cuidados continuados integrados da Quinta da Ouriva (Portimão), chegavam ao Algarve 13 novas viaturas de apoio para as equipas que vão prestar estes serviços na região.

Parte destas viaturas permitirão melhorar a prestação dos cuidados de saúde às populações algarvias pelas equipas de profissionais já existentes em Monchique, Lagoa, Alcoutim, Lagos e Loulé.

Mas as viaturas também possibilitarão a constituição de mais sete equipas, nomeadamente em Aljezur, Lagos, Portimão, Silves, Loulé, Faro e Vila Real de Santo António, alargando a capacidade de cobertura nos respectivos concelhos.

De referir que a unidade de cuidados continuados de Portimão terá duas tipologias: média duração e reabilitação e longa duração e manutenção, cada uma com 35 camas.

TRÊS MILHÕES DE PORTUGUESES ATENDIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR DESDE 2006

AS UNIDADES de Saúde Familiar (USF), criadas pelo Governo do PS, já atenderam três milhões de portugueses, desde que a primeira estrutura deste género abriu em Portugal, em 2006, disse o secretário de Estado Adjunto da Saúde, Manuel Pizarro.

A zona do país mais abrangida por aquelas estruturas é o Norte, referiu o governante, adiantando que das “233 USF que estão em funcionamento, 110 são na zona Norte”.

Segundo sublinhou Manuel Pizarro, a questão do investimento financeiro, apesar de importante, não é a que deve ser mais valorizada, mas sim que “o modelo das USF se consolida como um modelo que tem grande adesão das pessoas”, já que dos três milhões de pessoas atendidas nestas unidades, “quase 400 mil não tinham antes médico de família e ganharam-nos graças às USF”.

O secretário de Estado sublinhou ainda que “as USF têm um padrão de facilidade de acesso e de qualidade do atendimento que faz com que as pessoas tenham enormes padrões de satisfação”.

A outra componente “muito importante”, frisou, “é a satisfação e a motivação dos profissionais de saúde”, acrescentando que 2009 foi também o ano “em que mais candidaturas para novas USF apareceram, quase uma centena, o que não só é positivo para o presente mas é também positivo para o futuro”.

E salientou que ao longo de 2010 o Governo continuará “este esforço de criação de novas unidades de saúde familiar”.

O secretário de Estado Adjunto da Saúde falava na inauguração de duas USF no concelho de Vila Conde: as USF de Santo Amaro e de São Simão da Junqueira.

Hospitais públicos vão cuidar do problema da obesidade

NO ÂMBITO de um programa lançado pelo Ministério da Saúde, os hospitais públicos portugueses vão realizar 2500 cirurgias de tratamento da obesidade em 2010.

O período de espera passará a ser no máximo nove meses para uma intervenção cirúrgica, invertendo o que sucedia até aqui em que o tempo de espera poderia estender-se até aos 15 meses, enquanto que para uma consulta pré-operatória de avaliação multidisciplinar, o doente terá de aguardar no limite dois meses.

Este Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade (PTCO) foi lançado publicamente pelo Governo, no Instituto Nacional de Saúde, Dr. Ricardo Jorge, e, à semelhança do Programa de Intervenção em Oftalmologia, também este visa, segundo Ana Jorge, ministra da Saúde, “melhorar a resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS)”.

O objectivo desta iniciativa, como acentuou a titular da pasta da Saúde, é proporcionar um rápido acesso dos doentes à cirurgia e “em tempo adequado”, recordando

que a obesidade é já considerada pelas autoridades internacionais, designadamente a Organização Mundial de Saúde (OMS), como um sério problema de saúde pública, constituindo mesmo um dos novos desafios do século XXI.

Para Ana Jorge, trata-se, contudo, de uma situação que em muitos casos é reversível através do recurso à cirurgia.

O PTCO será aplicado em 19 hospitais públicos de todo o país, estando simultaneamente a ser

preparada já a contratualização com algumas unidades de saúde privadas, depois de devidamente reconhecidas pela Direcção-Geral da Saúde, e que responderão sempre aos casos para os quais o SNS venha a demonstrar falta de capacidade.

ainda a responsável pela pasta da Saúde, defendendo que não cabe unicamente aos nutricionistas este papel, “mas sim a equipa multidisciplinar” que deve acompanhar e prestar atenção aos hábitos alimentares. **R.S.A.**



Mas, como destacou o secretário de Estado da Saúde, Manuel Pizarro, este programa pretende fundamentalmente “reforçar a ambição do SNS” e dar resposta a pelo menos 75% dos casos.

O financiamento associado à primeira fase do programa de tratamento cirúrgico nos hospitais públicos será de cerca de 9,6 milhões de euros, sendo que o custo das cirurgias, incluindo a avaliação pré-operatória, rondará os 3377 euros no caso da banda gástrica e de 4295 euros no caso do recurso, ao “bypass”.

Contudo, para a ministra da Saúde, o problema da obesidade não se resolve só com o recurso à cirurgia, havendo igualmente necessidade, como defendeu, de paralelamente promover novos hábitos de vida saudáveis.

A cirurgia intervém onde a prevenção não teve tempo de o fazer, sublinhou

Porta 65 Jovem com componente social e mobilidade reforçadas

PARA alargar o perfil dos potenciais beneficiários, reduzir fragilidades sociais e promover a mobilidade, o Governo decidiu rever as regras de acesso ao programa de apoio ao arrendamento jovem, Porta 65.

A informação foi avançada pela secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, para quem estas alterações derivam dos resultados de uma avaliação externa do programa concluída em Outubro.

Segundo Fernanda do Carmo, prevê-se que na próxima fase de candidaturas, a decorrer em Abril deste ano, esteja já no terreno um conjunto de mudanças que aumentarão o número de rendas apoiadas pelo Estado.

Assim, uma das alterações mais importantes será passar a considerar componentes do salário dos candidatos que até agora não eram contabilizados, de modo a alargar o perfil dos

potenciais beneficiários do Porta 65.

Esta alteração, segundo explicou a governante aos jornalistas, “será aplicada a pessoas

que tenham rendimentos complementares que possam entrar no bolo global” do vencimento.

as famílias monoparentais.

Nestes casos, o valor da subvenção será majorado. **M.R.**



Estão contemplados nesta situação, por exemplo, bolsiros, trabalhadores-estudantes ou estudantes que recebam apoios estatais por praticar desporto.

Outra das mudanças previstas passa por tornar possível “a mudança de casa em função, por exemplo, do local de trabalho”.

Fica, desta forma, reforçada a componente social nos critérios de atribuição dos apoios do Estado ao arrendamento por jovens, promovendo-se também a mobilidade ao longo dos três anos de subvenção.

Conforme explicou Fernanda do Carmo, estão previstas ainda novidades relativas aos candidatos com deficiência, ou para quem tiver a seu cargo pessoas com incapacidade, bem como para

Investimento ímpar na educação no distrito de Leiria

DURANTE este mês de Janeiro serão lançados os primeiros 25 concursos para 100 novas escolas secundárias que em 2010 vão entrar em fase de obra, assim como vai avançar a construção de 400 novas creches no país com capacidade para 18 mil crianças até aos três anos de idade.

A garantia foi dada pelo primeiro-ministro, em Leiria, no primeiro “Governo Presente”, da actual legislatura, uma iniciativa que o Executivo vai estender a todo o país promovendo encontros directos com empresários, autarcas e com as populações locais.

Sócrates anunciou ainda que após concluída a renovação das escolas haverá uma concessão à empresa que realizou a obra para a manutenção, durante dez anos, do edificado.

O líder do Governo falava no Bombarral, onde se deslocou na companhia de vários ministros, para presidir à cerimónia de lançamento da primeira pedra de reconstrução e ampliação da creche do Centro Social e Paroquial.

Iniciativa a que se seguiu uma visita na companhia da ministra da Educação às escolas secundárias Domingos Sequeira e Francisco Rodrigues Lobo, em Leiria, as quais estão a ser objecto de requalificação e ampliação e traduzem a “expressão prática” de uma aposta na educação.

A este propósito o chefe do Governo acentuou que as obras em curso e aquelas que estão previstas constituem “o maior investimento de sempre” na requalificação do parque escolar nacional, defen-



dendo que sector da educação e requalificação dos edifícios escolares constituem também mais uma “significativa prioridade” do investimento público.

Contudo, o investimento que o Estado está a fazer na requalificação das instalações escolares e na sua modernização, “não se limita apenas às escolas secundárias”, já que a iniciativa se estende também às escolas do 1º ciclo do ensino básico.

Em particular em relação ao distrito de Leiria, José Sócrates

salientou “o progresso absolutamente extraordinário” ao nível do reforço do número de lugares em creches, empreendidos ao abrigo do programa PARES, onde foram construídas, salientou, 19 novas creches, criando mais de dois mil novos lugares, o que permitiu criar 840 postos de trabalho na componente construção e mais 630 empregos permanentes.

Em 2004, adiantou ainda, o distrito de Leiria contava com cerca de três mil lugares em creches, e em apenas cinco anos, como fri-

sou, “teremos passados para mais de cinco mil”, recordando que em 2004 o distrito oferecia uma cobertura de apenas 20%, e no final do presente programa terá uma cobertura que se aproximará dos 38%, “ultrapassando largamente o objectivo europeu que preconiza atingir uma cobertura de 33% em todos os países membros”.

Já em Pombal, durante uma cerimónia de celebração de contratos com empresários agrícolas ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Rural (Proder), o primei-

ro-ministro recusou a ideia de que a agricultura portuguesa constitua um fardo, considerando, pelo contrário, ser um sector que “puxa pela economia nacional” e um factor de modernização do país.

O Investimento público como factor de desenvolvimento

Também em relação às vias de comunicação, o primeiro-ministro anunciou algumas novidades para o distrito, apontando sobretudo para o projecto de remodelação rodoviária da concessão Pinhal Interior, que abrange um total de 567 quilómetros, sendo 80 de auto-estrada, mas também para a remodelação e conservação de um conjunto de vias nacionais em 22 concelhos da zona centro do país, designadamente nos distritos de Leiria, Coimbra, Castelo Branco e Santarém.

A concessão do Pinhal Interior, frisou o primeiro-ministro, representa a criação durante três anos, por um lado, de cerca de 4 mil postos de trabalho, e, por outro, a efectiva redução dos tempos de ligação entre os diversos concelho e cidades do distrito, contribuindo ainda para uma assinalável redução dos níveis de sinistralidade rodoviária e impulsionando o desenvolvimento económico de toda a região.

Depois de lamentar que há mais de 25 anos “nada se tenha investido ao nível das infra-estruturas rodoviárias nesta região”, Sócrates classificou a adjudicação agora avançada pelo seu Governo como uma notável iniciativa. **R.S.A.**

Barragem em Vieira do Minho

Aposta nas energias renováveis para combater a crise

GRAÇAS à aposta que tem vindo a ser feita nas energias eólica e hídrica, Portugal exportou mais energia para Espanha do que aquela que importou durante o ano passado, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, enfatizando que esta prioridade tem uma importância fundamental na redução da dependência energética do país e no combate à crise.

“Na semana passada 75% da energia produzida em Portugal teve como origem a água e o vento”, afirmou Sócrates, no dia 13, a propósito do que disse “ser uma mudança profunda do sector da energia em Portugal”.

O primeiro-ministro, que falava no final da sessão de lançamento da primeira pedra da nova central hidroeléctrica Venda Nova III da EDP, uma instalação subterrânea que tira partido das albufeiras criadas pelas barragens de Venda Nova e Salamonde, em Vieira do Minho, referiu que “este surpreendente resultado” deve-se a uma orientação clara e de um caminho de como mudar



as coisas no domínio da energia”.

Esta escolha, prosseguiu Sócrates, “deve estar também no coração da estratégia do país para combater a crise e para recuperar”, sublinhando que não há nada de que se or-

gulhe mais do que dizer aos portugueses de que “o essencial do investimento público dá mais emprego aos portugueses”.

Por sua vez, a ministra do Ambiente, Dulce Pássaro, salientou que a conclusão do

Plano Nacional de Barragens, que prevê dez novas albufeiras, vai diminuir as importações de petróleo para as centrais termo-eléctricas em 3,3 milhões de barris por ano.

Dulce Pássaro acrescentou que aos 3,3 milhões de barris de petróleo poupados pela energia hídrica que vier a ser produzida pelas barragens, haverá, ainda, que somar os barris que não será preciso importar devido ao reforço de potência de quatro barragens que a EDP já tem em curso.

Já o secretário de Estado da Energia, Carlos Zorrinho, referiu que “este projecto insere-se no reforço no plano nacional de aumento da capacidade instalada na hídrica, que aumenta a autonomia energética do país e permite no seu total reduzir em 160 milhões de euros as importações anuais de energias fósseis”.

A nova central, que está inserida no Plano Nacional de Barragens, envolve um investimento total de 349 milhões de euros, deverá entrar em funcionamento em 2015 e irá gerar dois mil novos empregos. **J.C.C.B.**

Encontro Autárquico da Guarda

Resolver os problemas concretos das pessoas

MANTER um contacto estreito e permanente com as populações é o caminho certo para assegurar novas vitórias autárquicas no distrito da Guarda. Esta a ideia síntese dos trabalhos do Encontro de Autarcas Socialistas da Guarda, evento que constituiu um momento de reflexão conjunta, quer sobre o trabalho realizado pela Federação no ano 2009, quer sobre as actuais circunstâncias políticas nacionais e distritais.

Nesta reunião, em que também participou o líder da bancada socialista na Assembleia da República e deputado eleito pelo distrito, Francisco Assis, referiu-se às questões de política nacional, pondo o enfoque na necessidade de assegurar a governabilidade do país mediante a preservação da necessária estabilidade, especialmente numa conjuntura política marcada pela fragmentação parlamentar.

Na ocasião, Assis criticou “as oposições” por se empenharem num ajuste de contas com o passado, atitude que, considerou, “apenas contribui para um adiamento do futuro do país”.

De acordo com o presidente do Grupo Parlamentar, “o Executivo tem legitimidade para levar a cabo o seu programa, mas o PS não pode aceitar governar com o programa das eleições dos outros partidos, cheio de contribuições antagónicas e inexecutáveis”.

É preciso “unir, sim, mas com a noção do programa de Governo, com a noção onde assentam os pilares e as linhas mestras para a go-



vernabilidade do país”, defendeu.

Neste Encontro de Autarcas da Guarda, o camarada José Albano, presidente da Federação, alertou para as dificuldades dos próximos combates políticos, pelo que é evidente “a necessidade de dialogar cada vez mais com as estruturas base do partido e com os independentes”.

Segundo José Albano, é importante articular e dinamizar cada vez mais e melhor o trabalho com a Juventude Socialista e com as Mulheres Socialistas, reforçando igualmente o apoio aos presidentes de Junta, que descreveu como “o elo mais forte do poder autárquico”.

Assim, na sua estratégia para 2010, a Federação da Guarda está apostada na promoção de mais iniciativas visando criar redes de contacto efectivas para que todos os presidentes de Junta do PS possam trabalhar em uníssono e estar mais fortes perante os opositores no terreno.

“Temos a obrigação de ter os nossos homens e mulheres preparados para todos os embates políticos”, afirmou José Albano, lembrando que “a política do PS é uma política de inclusão e de abertura à sociedade”.

De referir que o Encontro de Autarcas da Guarda foi também um

momento em que foram focados os reais problemas que afligem as populações do distrito, fazendo-se um balanço sobre as medidas implementadas para resolução dos mesmos.

Neste ponto, o presidente da Câmara de Seia, Carlos Filipe Camelo, elogiou o trabalho realizado pela Federação do PS, destacando a forma directa como manteve, desde o início, um contacto constante com todos os militantes.

“Esse trabalho foi muito importante para o alargamento das vitórias ocorridas no distrito, nomeadamente a conquista da Câmara de Manteigas e da Meda”, declarou.

Por sua vez, o vice-presidente da Câmara de Meda, Mário Murça, falou sobre a importância que teve, no resultado alcançado, todo o trabalho desenvolvido no sentido de “trazer para dentro da estrutura política do PS pessoas independentes, com valor, que deram a cara pelo nosso programa político”.

Para Joaquim Valente, presidente da Câmara da Guarda, é “fulcral incorporar gente nova, gente que se enquadra na matriz ideológica do PS, cheia de vontade e disponível para en-

riquecer o partido e implementar as suas políticas no nosso distrito”.

Ainda nesta ordem de ideias, José Luís Cabral, autarca e vereador da Câmara Municipal de Celorico da Beira, apontou a necessidade de apostar na juventude socialista, pois, referiu, “é ela o garante do progresso, da determinação e, acima de tudo, da implementação de novas políticas e novas mentalidades”.

Neste encontro, foi realçado o facto do investimento público no distrito não está adormecido e que o Governo continua de olhos postos no na Guarda, o que traz uma boa perspectiva para encarar o futuro e consolidar o PS. **M.R.**

Centenário da República será comemorado em todo o país

EXPOSIÇÕES, colóquios, teatro, concertos, animação de rua e cinema, entre outras, são algumas das 500 propostas com que a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (CNCCR 1910-2010), presidida por Artur Santos Silva, irá assinalar em todo o país, ao longo deste ano, o centenário da República Portuguesa.

A ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, que presidiu à sessão de apresentação do programa desta Comissão, que decorreu no passado dia 5 de Janeiro na Biblioteca do Palácio da Ajuda, depois de enaltecer “a riqueza da programação”, destacou algumas das actividades que se desenrolarão no âmbito das instituições que tutela, designadamente em 176 bibliotecas da rede pública e 18 arquivos, tendo ainda destacado a apresentação de uma peça de teatro infantil com texto de José Jorge Letria, iniciativa que terá como palco o Teatro Nacional São João, no Porto, e outra com texto de Manuel Gusmão e Jorge Silva Melo que subirá ao palco do Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa.

Recorde-se que mais de 50 das actividades culturais programadas estão ligadas a instituições do Ministério da Cultura.



Também o presidente da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Santos Silva, destacou algumas das iniciativas com enfoque especial para a realização de dois importantes colóquios, um em Lisboa, na Fundação Calouste Gul-

benkian, no Porto, na Fundação de Serralves, que contarão com a participação de Eduardo Lourenço, Gomes Canotilho ou Fernando Catroga, entre outras destacadas personalidades, que reflectirão sobre temas como “A questão da Identidade”, “O Pensamento

Republicano para o Século XXI” ou “A República e a Laicidade”.

Haverá ainda espaço para analisar e debater as diversas actividades dedicadas ao conhecimento e divulgação de manifestações literárias e jornalísticas do tempo da I República e da sua relação com o republicanismo, estando a este propósito previstas algumas conferências, mas também a realização de feiras do livro, tertúlias em cafés e cursos de e-learning em articulação com o Instituto Camões.

Para Santos Silva, estas comemorações vão representar sobretudo momentos de homenagem “àqueles que na História fizeram uma mudança de regime”, mas também servirão para que se possa partir do presente e olhar para o futuro, fazendo com que a partir dos ideais e da ética republicana revisitada e de tudo aquilo que tem a ver com a educação da cidadania que sempre esteve presente nessa cultura republicana, como referiu, “nós podemos ter amanhã um Portugal melhor”.

O programa completo das comemorações da efeméride, que se estendem até Agosto de 2011, pode ser consultado no Portal Oficial da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, em www.centenariorepublica.pt. **R.S.A.**

Jacinto Serrão eleito presidente do PS/Madeira



CONSTRUIR uma “alternativa séria e credível” ao Governo Regional é o objectivo de Jacinto Serrão eleito no dia 9 como novo presidente do PS/Madeira, obtendo mais 52 votos que o outro candidato à liderança, Vítor Freitas. Nas eleições directas, Jacinto Serrão obteve 665 votos (52%), contra 613 (48%) do seu opositor.

“A minha ambição é a ambição de todos os militantes socialistas: transformar o PS na força capaz de fazer a viragem na Madeira”, afirmou o ex-deputado à Assembleia da República, que regressa à presidência da estrutura regional dos socialistas, sucedendo no cargo a João Gouveia que já exerceu entre 2002 e 2007.

Licenciado em Física e com mestrado em Educação, Jacinto Serrão tem 40 anos e é professor. Em Novembro passado, voltou a ocupar o seu lugar de deputado na Assembleia Legislativa Regional.

Entretanto, o Congresso do PS/Madeira vai ter lugar nos próximos dias 23 e 24 de Janeiro, no Funchal.

ASSEMBLEIA GERAL DO PS/TEIXOSO

A ASSEMBLEIA geral da Secção do PS/Teixoso aprovou, por unanimidade, o relatório e contas da gerência do Secretariado de 2008-2009, marcou para 27 de Março as eleições para os órgãos da estrutura, homenageou quatro militantes com mais de 20 anos de filiação e fez um agradecimento pelo trabalho desenvolvido pelo camarada Carlos Lopes Andrade Mendes, numa sessão que contou com a presença do deputado Jorge Seguro, eleito pelo círculo de Castelo Branco.

Na sua intervenção, Jorge Seguro salientou a grande mobilização e empenho dos militantes da Secção de Teixoso a nível local e nacional, defendeu que o partido deve estar unido e mobilizado para nas próximas eleições autárquicas ganhar a Câmara da Covilhã e a maior parte das freguesias do distrito PS e destacou a importância económica e ambiental da aposta do Governo nas energias renováveis.

Já o presidente da Concelhia da Covilhã, Miguel Nascimento, apelou à unidade, tendo enaltecido os esforços feitos pelos militantes socialistas para os bons resultados eleitorais obtidos no concelho.

Por sua vez, o secretário-coordenador da Secção, António Carriço, disse que os 227 camaradas da estrutura que lidera tiveram uma participação activa no âmbito local e nacional, contribuindo de forma decisiva para os bons resultados registados em Teixoso nas eleições europeias e legislativas.



César concorre à reeleição do PS/Açores



CARLOS César formalizou, entretanto, no dia 29 a sua recandidatura ao cargo de presidente do PS/Açores, concorrendo sozinho nas eleições directas marcadas para o final de Janeiro, que antecedem o XVI Congresso Regional do partido, que terá lugar de 26 a 28 de Fevereiro, na ilha Terceira.

A candidatura de Carlos César entregou na Comissão Regional de

Jurisdição “mais de um milhar de assinaturas de militantes de todas as ilhas”, segundo uma nota de imprensa divulgada pelo PS/Açores.

O actual líder regional dos socialistas foi o único candidato que se apresentou, tendo, por isso, garantida a reeleição.

Líder dos socialistas açorianos desde 1994 e presidente do Governo Regional desde 1996, Carlos César,

53 anos, apresenta-se novamente como único candidato à liderança do partido.

Nas últimas directas do PS/Açores, César foi reconduzido no cargo de presidente com 99,6% dos votos. No próximo acto eleitoral os socialistas açorianos escolhem o presidente da estrutura regional do PS, os delegados ao Congresso e os órgãos de ilha e de secção do PS/Açores.

PS/OEIRAS DENUNCIA FRAUDE POLÍTICA DO PSD LOCAL

HÁ EVIDÊNCIAS claras de que existe uma “relação promíscua e indigna” entre o PSD e Isaltino Morais, denunciou recentemente o presidente da Concelhia de Oeiras, Marcos Sá.

O dirigente do PS fez esta denúncia na sequência da assumpção de pelouros de um vereador do PSD no Executivo presidido por Isaltino Morais.

“Depois do cruzamento de listas entre o PSD e o IOMAF (movimento de cidadãos liderado por Isaltino Morais) durante a campanha autárquica, que basearam e constituíram uma das mais escandalosas fraudes políticas nas eleições locais de 2009, o PSD de Oeiras vem legitimar, com a opção de um dos seus vereadores, a confiança política num autarca condenado pela Justiça por actos alegadamente cometidos no exercício de funções autárquicas”, lê-se no comunicado assinado por Marcos Sá, no qual se aponta também para declarações ao “Público” de Isabel Meirelles, candidata e cabeça-de-lista do PSD nas últimas autárquicas em Oeiras.

Segundo sublinha Marcos Sá, Meirelles acusa o PSD de se ter “vendido” a Isaltino Morais.

Isto é suficiente, segundo o presidente da Concelhia de Oeiras do PS, “para perceber que a estrutura local daquele partido entrou em falência de valores e credibilidade e se tornou um mero instrumento acríptico de vassalagem e controlo de poder ao serviço de Isaltino Morais”.

Segundo o PS/Oeiras, “o silêncio da direcção nacional do PSD” perante estes factos é “ensurdecador e inaceitável”.

“A bem da verdade e da qualidade da Democracia, importaria saber, afinal, se o PSD nacional concorda com as candidaturas e o desempenho de funções por autarcas condenados pelo exercício das suas funções ou se, pelo contrário, as aceita e até apoia de forma inequívoca com a partilha de responsabilidades executivas conforme se pode constatar em Oeiras”, refere, por último, Marcos Sá no comunicado, exigindo uma tomada de posição pública da parte da liderança nacional do PSD. **M.R.**



OPINIÃO

LÚCIO FERREIRA
Deputado do PS

O sector das pescas é fundamental para a alimentação dos cidadãos europeus e para garantir a sobrevivência económica das pessoas que vivem nas zonas costeiras da Europa

O LIVRO VERDE DAS PESCAS

O LIVRO Verde das Pescas traduz a reflexão da Comissão Europeia sobre a reforma da Política Comum de Pescas (PCP) e enuncia um conjunto de questões para reflexão pública, considerando que a realidade actual é caracterizada por “uma sobrepesca generalizada; sobrecapacidade das frotas; elevado nível de subsidição; baixo rendimento económico e diminuição da quantidade de peixe capturado pelos pescadores europeus”, reconhecendo que a actual PCP não funcionou o necessário para impedir esta realidade

Apesar das divergências de pontos de vista sobre o modo como a UE analisa as fragilidades da actual PCP e diagnostica as razões que ditaram o seu inêxito, transmitidas pelos representantes dos vários organismos ligados à pesca, na audição pública que decorreu na sala do Senado da Assembleia da República, promovida pela Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, é entendimento comum que o sector das pescas é fundamental para a alimentação dos cidadãos europeus e para garantir a sobrevivência económica das pessoas que vivem nas zonas costeiras da Europa, e que a nova PCP deverá rever as fragilidades com que se depara a actual.

Sabemos que a UE, na soma dos seus Estados-membros, é uma das principais potências de pesca ao nível mundial e o maior mercado de produtos transformados à base de peixe, empregando a actividade, no seu conjunto, cerca de 526 mil pessoas, desde o sector da captura, passando pela indústria da transformação, acondicionamento, transporte e comercialização, até às indústrias subsidiárias.

Sendo Portugal um país de tradição marítima, com uma linha de costa total de 2751 km, das quais 1411 km correspondem ao Continente e dispõe de um mar territorial – até às 12 milhas – com 99.384 km², com uma grande tradição no sector das pescas, de norte a sul e nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, desde a pesca costeira artesanal, à industrial longínqua (devendo serem lembradas as verdadeiras epopeias marítimas que marcaram a história da pesca do bacalhau), é também o país com maior consumo de peixe “per capita” da Europa e o Terceiro do Mundo, consumindo cada português, em média, cerca de 60 kg de peixe por ano, num consumo de 600 mil toneladas/ano, do qual importa mais de 50%.

É inquestionável, como se vê, a relevância deste sector na nossa economia, com peso no agravamento do défice da balança das nossas importações de bens alimentares.

Do diagnóstico da Comissão Europeia sobre a realidade das pescas, sobressaem, como preocupantes, como já referido, os seguintes aspectos:

- Sobrepesca, com acentuada redução dos recursos marinhos, com 88% dos stocks comunitários a serem pescados acima do máximo de rendimento sustentável e 30% fora dos limites biológicos de segurança;
- Declínio do volume de peixe capturado;
- Baixos rendimentos dos pescadores, que por sua vez provocam a sobrepesca e o aumento da pressão política para aumentar a possibilidade de pesca...!

Ou seja, deparamo-nos com realidades que se transformam numa verdadeira “pescadinha de rabo na boca”, para as quais urge ser encontrada uma plataforma de equilíbrio que dê resposta a estas questões, por forma a que os europeus continuem a comer peixe capturado nos oceanos, gerando emprego e riqueza, para que as populações ribeirinhas possam continuar a viver dessa actividade.

Tendo como prioritária a defesa dos rendimentos dos pescadores, que desenvolvem a sua actividade profissional num meio hostil, enfrentando perigos vários, com baixos rendimentos, o Partido Socialista entende que as respostas às preocupações diagnosticadas no Livro Verde têm de ser encontradas sempre num quadro de sustentabilidade dos recursos, na certeza que os mesmos não são inesgotáveis, numa permanente preocupação de equilíbrio entre os aspectos ambientais, económicos e sociais. Esse equilíbrio só poderá ser obtido, conjugando o saber e os interesses dos pescadores, dos cientistas, dos técnicos e dos políticos, para protecção dos ecossistemas, para defesa da valorização do pescado, no combate à pesca ilegal, na melhoria dos preços na primeira venda e na defesa contra a concorrência que resulta da livre entrada de peixe oriundo de fora do espaço da UE.

É notório que os mares e os seus recursos estão cada vez mais ameaçados pela poluição e pela pressão cada vez mais forte da sua exploração, pois é crescente a capacidade tecnológica para os explorar. Exagerado ou não, o certo é que o sinal de alarme que nos traz o diagnóstico da Comissão, recomenda que todos unamos esforços para podermos continuar a desfrutar dos benefícios e riquezas que o mar nos oferece..

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista olha com particular atenção, cuidado e preocupação, para todas estas questões, na constante defesa dos interesses legítimos do sector das pescas, mas consciente que as políticas de ambiente e pescas têm de ser vistas como parceiras, e estamos certos que o Governo português cuidará de proteger, não só o nosso sector das pescas e todos os que dele dependem, mas também e por essas razões, as riquezas que os nossos mares contêm, especialmente no nosso mar territorial, apontando já nesse sentido a posição do Governo transmitida pelo sr. ministro na audição na AR sobre o Livro Verde, que seguramente saberá defender em Bruxelas.

Aprovadas novas medidas de combate ao desemprego



PROMOVER o emprego dos jovens e manter os actuais postos de trabalho da população activa, medidas que passam, nomeadamente, pelo pagamento de bolsas de estágio a desempregados não subsidiados, apoio à contratação a termo, ou sem termo, de desempregados com 40 ou mais anos de idade, e registados há mais de nove meses nos centros de emprego, alargamento da atribuição do subsídio social de desemprego por mais seis meses e redução de três pontos percentuais nas contribuições para a Segurança Social a cargo das entidades empregadoras, em micro e pequenas empresas, foram algumas das 17 medidas aprovadas no passado dia 14 de Janeiro em Conselho de Ministros.

Como contrapartida, o Governo exige às empresas a manutenção dos postos de trabalho.

Estas novas iniciativas têm como prioridade apoiar directamente cerca de 750 mil pessoas e um custo calculado de 500 milhões de euros.

A iniciativa “Emprego 2010”, como garante o Executivo, pretende contribuir para uma maior integração dos jovens e dos desempregados, não subsidiados, no mercado de trabalho, que tenham concluído os ensi-

nos básico ou secundário através das Novas Oportunidades ou que se tenham licenciado, apostando, designadamente, em ajudas directas às entidades empregadoras que proporcionem contratos de trabalho aos estagiários que concluíam nessas empresas os seus estágios profissionais.

O programa agora anunciado irá apoiar as empresas ou as entidades onde se desenrolarão os estágios com o pagamento, respectivamente, de 75% do valor total da bolsa, no caso das entidades sem fins lucrativos, e de 60% nos casos das entidades com fins lucrativos.

Numa fase posterior esta iniciativa governamental compreende ainda novos apoios às entidades que venham a contratar sem termo os estagiários no final da formação, apoios que se traduzirão no pagamento de 2500 euros a que se juntará a isenção de contribuição para a Segurança Social da responsabilidade da entidade empregadora durante dois anos, ou, em alternativa, durante três anos de isenção de contribuições.

É ainda criada a possibilidade de abertura de estágios para jovens com cursos profissionais e tecnológicos apostando-se, paralelamente, numa mais

adequada articulação entre as escolas e as entidades empregadoras.

O programa prevê ainda a salvaguarda e manutenção do emprego dos trabalhadores com mais de 45 anos de idade, nas micro e pequenas empresas, com a redução em 3% das contribuições, a cargo da entidade empregadora, para a Segurança Social.

Outras das medidas de apoio aos desempregados passa pela possibilidade de pedirem uma moratória, até ao final do presente ano, no pagamento das suas prestações do crédito à habitação, sendo ainda de sublinhar que todos os desempregados inscritos há pelo menos três meses nos centros de emprego beneficiarão de uma comparticipação nas suas prestações de 500 euros. O Estado será posteriormente reembolsado ao fim de dois anos com uma taxa igual à da Euribor a seis meses e com juros bancários normais.

Para a ministra do Trabalho, Maria Helena André, estas medidas, que se juntam às entretanto já aprovadas em 2009, “constituem mais um reforço” no sentido da “manutenção no local de trabalho e no emprego, na inserção no local de trabalho e na activação dos que estão afastados do local de trabalho”. R.S.A.

Governo económico para a Europa defendido por Sócrates

A EUROPA precisa de um “governo económico”, defendeu o primeiro-ministro português, José Sócrates, na abertura do simpósio “Novo Mundo, Novo Capitalismo”, realizado recentemente na Escola Militar, em Paris.

José Sócrates e o chefe de Estado francês, Nicolas Sarkozy presidiram à segunda edição deste simpósio, organizado pelo ministro da Imigração e da Identidade Nacional francês, Éric Besson.

Na ocasião, o chefe do Executivo português afirmou que a resposta à crise mundial provou a importância do Estado, considerando de seguida que essa resposta esteve “à altura das circunstâncias” porque “teve em conta as lições da História”.

“No século XX foram cometidos erros que já não se cometeram no século XXI. Aprendemos alguma coisa”, frisou, apontando para o que descreveu como “o regresso do bom e do velho Estado”.

“O que seria de nós sem o Estado?”, questionou depois José Sócrates na sua intervenção, para defender que “o ano de 2009 foi uma grande lição para os que desconfiam do papel e da intervenção do Estado”.

E afirmou também que a eficácia da resposta à crise “dependeu da existência de Europa”, pelo que advogou a necessidade de aprofundar a integração de políticas económicas e os mecanismos de coordenação em vários sectores.

“A melhor resposta é mais Europa e não menos Europa”, sustentou



Sócrates, confessando ver com “profunda tristeza e desolação” que em todos os fóruns internacionais “a Europa está sempre representada por várias vozes e tem variadas posições”.

Alertando que “é preciso reagir à ideia de que tudo vai bem e de que agora podemos voltar às boas práticas do passado”, lembrou que a crise “ainda não acabou”.

Refira-se que o primeiro-ministro português manteve encontros com o seu homólogo francês,

François Fillon, e com o Presidente Sarkozy, no Eliseu.

Prioridade é o relançamento económico

À margem do simpósio, durante a entrevista que concedeu ao magazine económico da France 24, José Sócrates deixou claro que a prioridade do Executivo português não é o défice, mas sim a recuperação económica e o emprego.

Questionado sobre a subida do défice, Sócrates respondeu que “o défice português é muito próximo do da França”, reafirmando depois o que tinha declarado minutos antes à Imprensa portuguesa, a propósito das críticas feitas, recentemente, pelo presidente do BPI, Fernando Ulrich.

“É incrível e irónico que os mercados financeiros, que provocaram a crise mundial, sejam os primeiros a recriminar os Estados por manterem a dívida que os ajudou

a sobreviver”, afirmou, lembrando que “se temos recuperação económica, é porque os Estados têm a coragem de manter o défice”.

“A nossa prioridade para 2010 é o relançamento económico, numa base de responsabilidade”, explicou José Sócrates, referindo que espera da oposição parlamentar o mesmo sentido de responsabilidade na negociação do Orçamento de Estado.

E recordou, aliás, o seu primeiro ano de governação, 2005, quando Portugal “tinha um défice de 6%”.

“Em dois anos, conseguimos reduzir o défice para 2,6%”, referiu, garantindo que a governação actual do país sabe “exactamente o que fazer para combater o défice”.

“Mas não é essa a nossa prioridade agora”, ressaltou.

Na entrevista à France 24 José Sócrates defendeu igualmente o projecto da alta velocidade ferroviária e as infra-estruturas “ferroviárias, rodoviárias e aéreas que podem ligar Portugal, país periférico, ao centro da Europa”.

Para o governante, o TGV e outras infra-estruturas “não são grandes investimentos, são investimentos de modernização do nosso país”.

De destacar ainda que nos encontros bilaterais com o seu homólogo François Fillon e com Nicolas Sarkozy, Sócrates definiu a realização da próxima cimeira luso-francesa, a realizar em Abril, em Paris, em torno dos temas da energia e inovação. M.R.

Terrorismo no Iémen preocupa diplomacia portuguesa

AS AMEAÇAS terroristas que obrigaram ao encerramento de várias embaixadas no Iémen estão a ser seguidas com grande atenção e preocupação pela diplomacia portuguesa, garantiu o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, para quem este é um problema que exige “um esforço muito grande” por parte da comunidade internacional.

“A expansão da Al-Qaeda também para um país com grandes problemas políticos internos não deixa de ser uma preocupação para nós e o Iémen é demasiado próximo para que não nos inquiete”, declarou Luís Amado, assegurando que Portugal acompanha “com inquietação” o que se passa nesse território.

Refira-se que as declarações de Amado foram proferidas à margem do Seminário Diplomático, a reunião anual em Lisboa dos embaixadores portugueses, ocasião em que defendeu, perante as recentes ameaças terroristas no Iémen, que cabe à comunidade internacional ter “um papel mais activo” nestes casos.

“Em particular da União Europeia (UE),



no sentido de garantir as condições para que o Iémen não se torne mais um caso de Estado falhado na comunidade internacional”, disse o ministro dos Negócios Estrangeiros.

No Seminário Diplomático presidido por Luís Amado participou igualmente, como orador convidado, o chefe da diplomacia espanhola, Miguel Angel Moratinos.

Também presente esteve o presidente do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e o secretário de Estado das Comunidades, António Braga, que falou sobre a reforma do ensino da língua portuguesa no estrangeiro.

No âmbito desta reunião debateu-se o tema “O Tratado de Lisboa e o serviço europeu de acção externa”, tendo usado da palavra, ainda, o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Pedro Lourtie, o director-geral das Relações Externas da Comissão Europeia, João Vale de Almeida, o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho. M.R.

César realça importância dos poderes regionais na construção europeia

“NÃO podem existir quaisquer dúvidas” sobre a importância dos poderes regionais na construção de “uma Europa mais solidária, próspera e próxima dos cidadãos”, defendeu no dia 6 o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César.

Esta posição consta da participação dos Açores no processo de consulta sobre ‘Governação a Vários Níveis’, em curso na União Europeia para garantir o envolvimento das instituições regionais no processo de decisão europeu.

No documento enviado a Luc Van den Brande, presidente do Comité das Regiões, Carlos César considera que “a descentralização dos Estados a nível político, financeiro e administrativo constitui um instrumento fundamental na criação de condições para um melhor desempenho das regiões a nível económico e para a promoção da coesão da Europa”.

Neste quadro, a posição açoriana defende que as regiões europeias dotadas de poderes legislativos “merecem uma especial atenção e diferenciação”.



Essa diferenciação, segundo Carlos César, deve passar pelo reforço do seu papel e participação nos processos de decisão da União Europeia, pela sua consagração institucional autónoma e por uma legitimidade própria para agir junto do Tribunal de Justiça.

A intervenção directa dos órgãos de governo das regiões com poderes legislativos no controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade é outra medida defendida pelo chefe do Executivo açoriano.

Neste documento, Carlos César sustenta ainda que o sucesso da governação regional passa pela existência de “instrumentos específicos e fundos adequados” às necessidades e potencialidades de cada região.

Para o presidente do Governo Regional dos Açores, é essencial o diálogo entre os níveis europeu e regional, para que sejam adoptadas medidas baseadas em “propostas das autoridades públicas regionais e nos condicionamentos de cada região”.

NÃO À REVISÃO DA LEI DAS FINANÇAS REGIONAIS

ENTRETANTO, o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César considerou que seria “uma grande injustiça” se a Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFRA) deixasse de ter, no que respeita ao apoio do Estado, a diferenciação existente entre os Açores, com nove ilhas separadas por 600 quilómetros, e a Madeira, com duas ilhas separadas por 40 quilómetros.

Referindo que a proposta de revisão da LFRA apresentada pela Assembleia Legislativa da Madeira retiraria fundos aos Açores – perderiam cerca de nove milhões de euros, enquanto a Madeira beneficiaria de um aumento de 72 milhões –, Carlos César afirmou que os seus alertas para esta situação levaram a alterações da proposta que culminaram, segundo a última versão, com uma diferenciação de cerca de 30 milhões de euros entre os Açores e a Madeira, em benefício da região autónoma que lidera.

Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui “Acção Socialista”)
Semestral.....6€	Semestral...12€
Anual12€	Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;
2. Transferência bancária
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:
ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!



PS tomará posição sobre candidato presidencial no tempo próprio

O PARTIDO Socialista, pela voz de Francisco Assis, referiu que “respeita e regista” a intenção de Manuel Alegre se candidatar à Presidência da República, mas que só tomará uma decisão no tempo próprio.

Em conferência de Imprensa no dia 16, na sede nacional, o líder da bancada parlamentar socialista explicou que as candidaturas às presidenciais são actos individuais e não partidários, adiantando que a decisão socialista só será conhecida a seguir à votação do Orçamento de Estado e após reunião dos seus órgãos.

“Respeitamos e registamos a disponibilidade de Manuel Alegre. O PS, na altura própria, tomará uma posição sobre este assunto, da maior importância para o futuro político do país”, afirmou Assis.

Questionado sobre o facto de o PS não ter apoiado Manuel Alegre nas eleições de 2006, Assis afirmou que o partido “tem orgulho no seu passado”, mas que “não olha para o futuro com olhos postos no passado”.

Já sobre uma eventual conversa prévia entre o PS e Manuel Alegre sobre as presidenciais, o



líder parlamentar garantiu que o partido “não falou, nem devia ter falado” com o histórico militante socialista, frisando que “isso é que seria uma tentativa de condicionar aquilo que deve ser uma decisão pessoal de quem se candidata ou tem vontade de se candidatar à

Presidência da República”.

Manuel Alegre anunciou no dia 15, num jantar promovido pelo Movimento Intervenção e Cidadania (MIC), em Portimão, que está disponível para se candidatar a Belém “para vencer pela República e por Portugal”.

Fundação Res Publica organiza curso sobre globalização e relações internacionais

“GLOBALIZAÇÃO e relações internacionais” é o tema do primeiro curso de formação política que a Fundação Res Publica vai promover em 2010, e que decorrerá entre 19 de Janeiro e 16 de Fevereiro, em horário pós-laboral, entre as 20h30 e as 22h30, em Lisboa, em local a definir.

Neste curso, que encerrará a 25 de Fevereiro com uma conferência aberta ao público pelo ex-ministro da Defesa Severiano Teixeira, pretende-se “proporcionar uma formação introdutória e geral sobre as várias dimensões da globalização e suas consequências para o sistema de relações internacionais, através de abordagens disciplinares diversas e qualificadas”.

O programa do curso inclui cinco



módulos: “Portugal no mundo”, pelos historiadores Bruno Cardoso Reis e Pedro Aires Oliveira, a 19 e 21 de Janeiro; “A globalização

económica”, pelo economista João Marques da Cruz, a 2 e 4 de Fevereiro; “Democracia na América Latina”, pelo politólogo Andrés Malamud, a 10 de Fevereiro; “Segurança: ameaças e respostas”, pelo general Loureiro dos Santos, a 9 e 12 de Fevereiro; e “Globalização e relações internacionais”, pelo politólogo Carlos

Gaspar, a 15 e 16 de Fevereiro. O regulamento deste curso, que terá 40 vagas, está disponível em: www.fundacaopublica.pt. J.C.C.B.

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Deputado do PS

Precisamos demonstrar a nós próprios que é possível corrigir este velho e anacrónico país centralista e pendular. E é preciso começar já

DESCENTRALIZAR É URGENTE

A SAÍDA da crise pode colocar sérias dificuldades a uma política coerente de desenvolvimento regional e cidades e agravar as desigualdades socio-regionais. Prevalece no país político e na elite empresarial a ideia de que é necessário resolver primeiro o problema da economia e só depois resolver o problema das regiões. É a tradicional visão de um desenvolvimento “em cascata”, que dá prioridade a uma intervenção sectorial e centralizada em contraponto com uma intervenção de base territorial e integrada. A crise traz um forte apelo a essa visão imediatista.

A tendência é privilegiar dinâmicas mais fortes de crescimento económico, com potencial para gerar rapidamente bens e serviços transaccionáveis. O que coloca as regiões mais ricas a puxar pelo país. Regiões com um frágil dinamismo industrial, fortemente dependentes de actividades “agarradas ao território” (regiões do interior) ou de “fluxos de fora para dentro” (regiões turísticas), poderão continuar em perda. Temos de reagir ao imediatismo.

A crise obriga a uma agenda de emergência. De investimentos públicos. De apoio às PME. De formação e emprego. De apoio social. Mas é urgente avançar com a agenda estruturante para o país. Nesta dicotomia nova, emergência e urgência, há uma ideia em comum: é preciso andar depressa.

Tem de haver objectivos claramente expressos de desenvolvimento regional. É preciso uma “visão interactiva”. O desenvolvimento do país é o desenvolvimento das regiões. E o desenvolvimento das regiões é o desenvolvimento do país. Não há país fora das regiões, nem regiões fora do país. É preciso consolidar o projecto regional. Aprofundar o processo de descentralização incremental. Rumo à regionalização.

Enquanto não chegar a regionalização, não podemos ficar parados.

É imperioso desfazer o equívoco que confunde centralização com centralidade e racionalização com racionalidade. Criámos um “país pendular” que balança, há trinta anos, entre os níveis central e local, sem querer perceber que os territórios regionais são por excelência os centros de racionalidade e centralidade de políticas públicas. E a existência de centros de racionalidade e centralidade de políticas públicas, sendo sempre necessária em nome da eficiência da gestão dos recursos públicos escassos e da eficácia dos resultados visados, é urgente em períodos de crise. Precisamos demonstrar a nós próprios que é possível corrigir este velho e anacrónico país centralista e pendular. E é preciso começar já.

A territorialização das políticas e a sua coordenação a partir de uma visão estratégica de base regional é uma tarefa vital. É preciso dar coerência ao investimento público. Rigor na escolha, prioridades claras e competência na execução. Contra todos os despesismos e perdas de tempo.

Em tempo de discussão de Orçamento de Estado, não podemos permitir que as coligações de interesses criem graves dificuldades à coerência da política de desenvolvimento regional, tomando-a moeda de troca do jogo político.

É imperioso assegurar uma efectiva coordenação das políticas regionais e sectoriais. Precisamos de conferir às CCDR competências reforçadas, dando-lhes maior capacidade de planeamento e coordenação nos investimentos públicos. É a melhor forma de dar conteúdo político imediato à vontade expressa de se avançar para a Regionalização.



I Curso de Formação Política da Fundação Res Publica 2010

GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Apresentação

O curso pretende proporcionar uma formação introdutória e geral sobre as várias dimensões da globalização e suas consequências para o sistema de relações internacionais, através de abordagens disciplinares diversas e qualificadas.

Metodologia

Cinco módulos práticos, ao longo de quatro semanas, entre as 20.30 e as 23.00, e uma conferência de encerramento. A Fundação Res Publica é uma entidade certificada pela DGERT.

Programa

- 1 - **A Globalização Económica** - (2 e 4 de Fevereiro de 2010)
Por: **João Marques da Cruz** (Economista, EDP)
- 2 - **Democracia no Mundo** - (10 de Fevereiro de 2010)
Por: **Andrés Malamud** (Politólogo, ICS/UL)
- 3 - **Segurança: Ameaças e Respostas** - (9 e 12 de Fevereiro de 2010)
Por: **José Loureiro dos Santos** (General)
- 4 - **Globalização e Relações Internacionais** - (15 de Fevereiro de 2010)
Por: **Carlos Gaspar** (Politólogo, IPRI/UNL)
- 5 - **Portugal no Mundo** - (24 de Fevereiro de 2010)
Por: **Bruno Cardoso Reis** e **Pedro Aires Oliveira** (Historiadores, FCSH)

Nota

Conferência de Encerramento por Nuno Severiano Teixeira, quinta-feira, 25 de Fevereiro, pelas 18.30, no Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República.
As conferências vão realizar-se em Lisboa, no ISCTE (Alameda da Universidade).
A conferência será aberta não só aos formandos, mas também à comunicação social.

Avaliação

Os formandos são convidados a apresentar um ensaio sobre um dos cinco temas do curso. O ensaio que obtiver melhor classificação será premiado com uma bolsa de incentivo ao seu aprofundamento. Os segundo e terceiro melhores ensaios serão divulgados no sítio e na revista da Fundação.

Inscrição

Número de vagas: 40 pessoas
Candidatura: Os candidatos que já frequentaram outro(s) curso(s) em 2009 devem enviar apenas um email com a indicação de que também pretendem participar neste primeiro curso de 2010. Se ainda não frequentou nenhum curso da Res Publica, envie o seu CV para geral@fundacaopublica.pt
Matrícula: 40 euros
Pagamento: Por transferência bancária para a Conta da Fundação, de acordo com informação enviada no email de confirmação da aceitação da candidatura.
O regulamento deste curso está disponível em: www.fundacaopublica.pt

INSCRIÇÕES ABERTAS

Debate quinzenal

Mais 16 milhões para acção social no ensino superior

Com vista a “reforçar as oportunidades” de frequência do ensino superior por todos os estudantes, qualquer que seja a sua condição económica, o primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou o aumento em 16 milhões de euros de dotação orçamental para as bolsas de acção social escolar nas universidades e politécnicos.

J. C. CASTELO BRANCO

SÓCRATES, que falava no dia 15, na Assembleia da República, durante o debate quinzenal sobre o tema agendado do ensino superior, adiantou que “esta dotação permitirá manter o aumento extraordinário decidido em Julho do ano passado, garantindo o aumento do valor das bolsas em 10% para todos os bolseiros e em 15% para os bolseiros deslocados e alargando a cobertura da Acção Social Escolar a imigrantes. Tal como permitirá ainda aumentar o número de bolsas Erasmus de modo a duplicar o número de estudantes em mobilidade até ao final da legislatura”, disse.

O primeiro-ministro anunciou ainda que os acordos celebrados entre o Governo e as instituições de ensino superior no Contrato de Confiança, serão objecto de uma “rigorosa avaliação externa anual”, de forma a garantir-se “transparência e conhecimento público sobre o cumprimento dos objectivos estabelecidos”.

Numa intervenção em que definiu a qualificação dos portugueses como “um verdadeiro desígnio nacional”, Sócrates referiu que hoje existem “mais jovens, mais inscritos, mais diplomados, mais doutorados e mais sucesso escolar” no ensino superior em Portugal. “São estes os resultados dos últimos quatro anos no ensino superior”, frisou.

“Hoje, em Portugal, 35% dos jovens com 20 anos de idade frequentam o ensino superior – finalmente em linha com a média europeia, concretizando a ambição de uma geração. Temos mais cerca de 11 mil alunos inscritos no ensino superior público do que em 2005. O número anual de diplomados cresceu, nos últimos quatro anos,

de 51 para 66 mil diplomados”, disse.

E salientou ainda que “a qualificação do corpo docente atingiu níveis inéditos em Portugal, com a percentagem de docentes doutorados nas universidades públicas a atingir cerca de 70% tendo duplicado nos Institutos Politécnicos públicos. E o índice de sucesso escolar passou a ser de 70% – que é a média dos países da OCDE”.

Fruto da aposta na ciência, o chefe do Governo referiu que “a despesa total em investigação atingiu 1,5% do Produto Interno Bruto e o número de investigadores aumentou para 7,2 por cada mil activos, ultrapassando pela primeira vez a média europeia”.

Notáveis mudanças

O primeiro-ministro considerou “notáveis as mudanças ocorridas no ensino superior português e os resultados obtidos com essa mudança”, realçando o facto de terem sido “conseguidos numa conjuntura de forte restrição orçamental”.

Segundo Sócrates, “as nossas universidades e politécnicos fizeram mais, com menos recursos financeiros. E isto só tem uma explicação, aliás, uma boa explicação: ganhos de eficiência”.

O Contrato de Confiança assinado entre o Governo e todos os responsáveis máximos das universidades e presidentes dos politécnicos públicos, que prevê um aumento de 100 milhões de euros no orçamento destas instituições, que se comprometem a formar mais 100 mil activos nos próximos quatro anos, traduz, segundo o chefe do Governo, “um compromisso muito exigente”.

Ou seja, explicou, “exige ao Estado, isto é, aos contribuintes portugueses, um esforço adicional



significativo de afectação de recursos financeiros às universidades e politécnicos. E exige às universidades e politécnicos as medidas indispensáveis à concretização da meta de termos mais 100 mil activos qualificados com o ensino superior nos próximos quatro anos”.

Com o contrato agora celebrado, referiu Sócrates, “damos assim um novo impulso ao desenvolvimento do ensino superior, da ciência e da tecnologia, com a consciência de que estamos a promover as competências e as capacidades que são a chave do sucesso da economia e da sociedade do conhecimento”.

Desconforto das oposições

O debate ficou ainda marcado pela forma como o primeiro-mi-

nistro desmontou a intervenção de Manuela Ferreira Leite, considerando “irresponsável” o facto do PSD propor medidas com implicações no aumento da despesa, como as alterações à Lei das Finanças Regionais e o fim do Pagamento Especial por Conta (PEC).

“A senhora deputada Ferreira Leite, quando estava no Governo criou o PEC e agora na oposição quer acabar com ele. A isto chama-se pirueta”, disse Sócrates, lembrando, por outro lado, que o Executivo apenas fez duas alterações à Lei das Finanças Regionais, uma das quais para “fazer justiça” e reconhecer que a gestão da região dos Açores é “mais complexa”.

“Se o PSD quer aproveitar este momento com o único objectivo de dar mais dinheiro ao Governo Regional da Madeira tem a opo-

sição clara do Governo. Este é o momento de dizer basta”, acrescentou.

Pela bancada do PS falou a deputada Manuela de Melo, que felicitou o primeiro-ministro e o Governo por “concentrarem esforços” num sector primordial para o desenvolvimento do país como é o ensino superior.

“O empenhamento do Governo no ensino superior é enorme, mas não fica atrás do empenhamento na ciência e tecnologia”, disse, considerando ainda como “histórico” o Contrato de Confiança celebrado entre o Governo e os responsáveis máximos das universidades e politécnicos. Face a estes resultados alcançados, Manuela de Melo disse ser evidente o “desconforto” patenteado pelas diversas bancadas da oposição.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa